

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

SOCIOLOGIA POLÍTICA

O MEIO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE LAGES (1997 – 2000)

GESTÃO DÉCIO RIBEIRO

MARIA ISABEL VIEIRA BRANCO

Florianópolis, SC, setembro de 2001

MARIA ISABEL VIEIRA BRANCO

O MEIO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE LAGES (1997 – 2000)

GESTÃO DÉCIO RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Leis.

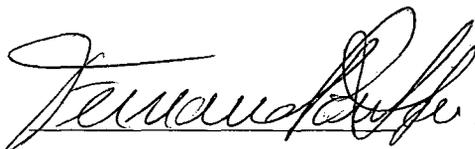
Florianópolis, SC, setembro de 2001

O MEIO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE LAGES (1997 – 2000)

GESTÃO DÉCIO RIBEIRO

Maria Isabel Vieira Branco

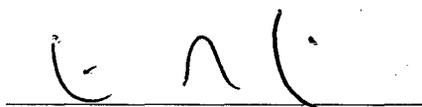
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, em setembro de 2001.



Prof. Fernando Ponte, Dr.

Coordenador do Curso

Banca Examinadora



Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis

Orientador



Profª. Dr.ª Tamara Benakouche

Membro

Profª. Dr.ª Neide Fiori

Membro

Aprovada em 19 de setembro de 2001.

"Ainda não há em nosso meio uma vontade ou uma consciência desenvolvida a ponto de a gente dizer que a questão ambiental esteja correndo em nossas veias." (Israel)

Dedicatória.
Mãezinha, Estela, Regina,
Roberto, Victor e Vinicius.

AGRADECIMENTOS

Os mais sinceros agradecimentos vão para todos aqueles que contribuíram para que esse trabalho de fato se efetivasse.

A Deus, que nos possibilita a cada dia vivenciar novas experiências e realizar mais um sonho, vencendo sempre os desafios que se apresentam.

Ao orientador, pelas orientações disponibilizadas, pelas correspondências eletrônicas enviadas, pelas ligações, pelas sugestões de leitura, pelas revisões feitas, enfim, pela contribuição para que este trabalho acontecesse.

Aos entrevistados, pela disponibilidade para responder às questões e por estarem contribuindo para a realização do trabalho.

À Prefeitura Municipal de Lages, pelo período em que nos liberou para a realização desse trabalho.

Às pessoas que leram e contribuíram com suas valiosas sugestões, e àqueles que disponibilizaram material, fornecendo dados.

Enfim, a todos que de fato torceram e contribuíram para a realização deste momento.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	7
1. QUESTÕES AMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	8
1.1 O homem e os problemas ambientais	8
1.2 Histórico do ambientalismo	14
1.3 Políticas Públicas	17
1.4 Agenda 21	23
1.5 A importância da Educação Ambiental	25
CAPÍTULO II	28
2 LAGES: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XX	29
2.1 Aspectos Históricos e Geográficos	29
2.2 Aspectos Econômicos	31
2.3 Aspectos Políticos	34
2.4 O Município e as relações estabelecidas	35
2.4.1 Sobre o Poder Local e sua ação na esfera ambiental	35
2.2.2 Histórico dos partidos políticos que compuseram a Frente Popular	40
2.2.3 Inovações na Gestão 93-96 – Frente Popular	43

CAPÍTULO III	46
3 QUESTÕES AMBIENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS	47
3.1 Questões Ambientais.....	47
3.1.1 Propostas de campanha do candidato Décio Ribeiro.....	47
3.1.2 Comentário a partir das propostas de campanha.....	49
3.2 Matérias publicadas no <i>Correio Lageano</i> sobre meio ambiente	51
3.2.1 Lixo	51
3.2.2 Loteamentos.....	59
3.2.3 Escadaria.....	63
3.3 Políticas Públicas	63
3.3.1 Primeiros Passos	64
3.3.2 Falta de Clareza e de Projeto Político	64
3.3.3 Falta de Recursos	65
3.3.4 Falta de Técnicos	67
3.3.5 Falta de Articulação	68
3.4 Limites e Realizações.....	69
3.4.1 Poder Público.....	70
3.4.2 Consciência e Participação.....	70
3.4.3 Educação Ambiental	72
3.4.4 Parcerias	73
3.4.5 Lazer.....	74
3.4.6 Saneamento.....	75
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS.....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE MATÉRIAS SOBRE MEIO AMBIENTE E SUA TEMÁTICA, VEICULADAS NO JORNAL <i>CORREIO LAGEANO</i> ENTRE JANEIRO DE 1997 E DEZEMBRO DE 2000.	51
--	----

LISTA DE SIGLAS

ACIL	Associação Comercial e Industrial de Lages
ACRO	Associação das Comunidades Rurais Organizadas
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural
AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
APP	Associação de Pais e Professores
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BQT	Bairros que Trabalham
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CAV	Centro de Ciências Agroveterinárias
CEA-CEAL	Centro de Educação Ambiental
CEPAM	Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CRE	Coordenação Regional de Ensino
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana - Porto Alegre
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental
EA	Educação Ambiental
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina
FAT	Fundação de Amparo ao Trabalhador
FATMA	Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAP	Licença Ambiental Prévia
MEL	Movimento Ecológico de Lages
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEA	Núcleo de Educação Ambiental
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCC	Papel e Celulose Catarinense
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Plano Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPM	Poder Público Municipal
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SAT	Sociedade Amigos do Tanque
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Serviços
SEMAN/PR	Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República
SERRATUR	Secretaria de Turismo
SESC	Serviço Social do Comércio
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIPLAC Universidade do Planalto Catarinense
ZPF Zona de Processamento Florestal

RESUMO

Foi levando em conta a relevância que a questão ambiental vem conquistando nas últimas décadas – devido à necessidade da ação governamental e à participação popular, para que haja de fato, em nível local, a implementação das políticas públicas –, que essa dissertação faz um retrospecto da gestão municipal do período 1993-2000, para constatar como foi a atuação do Governo da Frente Popular em Lages no que diz respeito às questões ambientais. Fernando Agustini (1993-1996) criou a infra-estrutura necessária para que esta questão avançasse, com a SEMMAS, CEA (Educação Ambiental) e o Parque Ecológico. O período analisado foi a gestão Décio Ribeiro (1997-2000) e, para dar conta de responder como o Poder Público Municipal tratou a questão ambiental em Lages, foram entrevistadas 14 pessoas, analisadas todas as edições do Correio Lageano (janeiro de 1997 a dezembro de 2000), tendo como destaque a questão do lixo e os loteamentos sem autorização da FATMA. A gestão analisada passa por dois momentos distintos: inicialmente, houve a continuidade das políticas ambientais já implementadas; posteriormente, por desacordos internos, essa questão deixou de ser relevante. Este fato é observável nas entrevistas, nas quais se percebe o desmantelamento da estrutura já existente, o que ocorreu principalmente no CEA, que, no final da gestão em pauta, apenas se mantinha aberto. Assim, a questão do lixo não foi resolvida, tanto pela indefinição de área para o futuro aterro, como pela descontinuidade da reciclagem e pela falta de parcerias com empresas para o recolhimento do lixo reciclável. Faltou ainda clareza com relação às políticas públicas, técnicos e recursos capazes de apontar e concretizar ações. Acima de tudo, faltou vontade política para dar conta dessa importante questão.

Palavras-chave: questão ambiental, políticas públicas, lixo, loteamentos.

ABSTRACT

It was taking into account the relevance that the environmental issues are conquering in the last decades, because of the lack of governmental actions and popular participation, so as to have, in local level, the implementation of public policies, that by means of this study, a retrospect of the years 1993 to 2000 is done aiming at establishing how the “Governo da Frente Popular” put into action the environmental issues. In order to make this discussion clearer, it is important to mention that: 1 – Fernando Agustini (1993-1996) created the necessary infra-structure to promote the advance of these issues, as SEMMAS, CEA (Educação Ambiental) and (Parque Ecológico); 2 – the period analyzed in this study, corresponds to Agustini’s administration (1997-2000). Therefore, in an attempt to explain how the Public Power of the Municipality, in Lages, dealt with the environmental questions, the present work was focused of two topics - garbage and embankments that were not authorized by FATMA. The methodology used to collect the data was the interviews with 14 people and the analysis of all the issues of the newspaper Correio Lageano, from January 1997 to December 2000. The analysis of the data suggest that Agustini’s administration went through two distinct moments: initially, when there was the continuity of the environmental policies that had already been implemented, and a second one, when, caused by internal disagreements, these questions became irrelevant for the local government. This fact may be observed in the interviews, where the dismantlement of the existing structure was perceived, specially on CEA, which at the end of Agustini’s administration was only open. Concerning to the question “garbage” nothing was solved, because both, the indefmition of a place for the future embankment, and the discontinuity of the garbage recycling resulting from the need for partnership with companies to collect the garbage which was recycled. Another factor which seems to have contributed for this situation was the unclearness with respect to public policies, the scarcity of technicians and resources to point out and make the actions true, and above all, a political indetermination to deal with such important questions.

INTRODUÇÃO

No decorrer de todo processo que nos trouxe até o estágio atual, como seres humanos em processo de desenvolvimento, percebemos que a ocupação dos espaços acontece juntamente com a destruição, entretanto a sua intensidade pode variar tanto com o nível de desenvolvimento quanto com o nível de miséria. A destruição é marca registrada de todas as nações do mundo, independente do continente, de fazer parte do Norte ou no Sul, do nível de desenvolvimento, pois, direta ou indiretamente, as nações, de alguma forma, incentivam a degradação do meio ou são coniventes com o processo de destruição.

No Brasil, os efeitos da ação predatória do homem sobre o meio podem ser sentidos a partir da chegada dos portugueses (oficialmente 1500). A mentalidade dos que aqui chegaram estava muito distante da mentalidade dos que aqui viviam, visto que ambos estavam em estágios culturais diferentes.

Gradativamente os espaços foram sendo ocupados pelos portugueses até por uma questão estratégica, antes que outras nações o fizessem. O planalto serrano catarinense não escapou deste processo. Sua ocupação se deu no século XVIII (1766), por ordem do Governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, que incumbiu o bandeirante Antonio Correia Pinto de Macedo de fazer a ocupação de Lages, adiantando-se, assim, aos espanhóis. Nessa época a região já era habitada por índios das tribos kaingangs e xoklengs – chamados de bugres – e servia de passagem para os tropeiros oriundos do Rio Grande do Sul que seguiam em direção às feiras de Sorocaba e de lá para Minas Gerais. Ali era ponto de parada, para que tropeiros e animais pudessem repor as forças e seguir viagem.

Lages está situada no Planalto Catarinense, é a maior cidade da Região Serrana e conta, atualmente, com 156.406 habitantes (Censo 2000). Tem a localização privilegiada em relação ao Mercosul. Diversos momentos são importantes na sua história, dentre eles merece destaque, não só em nível local, mas nacional, o ciclo da madeira, quando a região enviou madeira para centros maiores, como São Paulo, e, posteriormente, o grande consumidor foi a nova Capital Federal, Brasília, durante a sua construção, quando Lages chegou a exportar parte de sua produção. O auge do extrativismo aconteceu entre as décadas de 1940-60. A partir de então, entrou em declínio.

Após a inauguração de Brasília, a exploração da madeira entrou em decadência, devido ao extermínio das grandes florestas de araucária, o que atingiu a região como um todo. Os peões, pela falta de perspectiva no campo, vieram para a cidade, para conquistar uma condição de vida melhor. Ficaram, então, sem opção: voltar ao campo já não era mais possível; restava buscar na cidade algum outro tipo de atividade que lhes garantisse a sobrevivência. Até porque muitas madeireiras não deixaram de existir. Algumas continuaram funcionando, mas reduziram de forma significativa a sua capacidade de produção. Em sua maioria, os grandes madeireiros foram em busca de novas áreas de floresta para devastar. Hoje, na região, é proibida a retirada da *Araucária angustifolia*, mas constantemente a Polícia Ambiental é chamada para autuar madeireiros que ainda continuam devastando.

Foi preciso, então, encontrar novas alternativas e a solução foi encontrada numa nova espécie de pinheiro, cujo crescimento leva em torno de 25 anos para poder ser cortado. O *Pinus Elliotis* tornou-se a base para as fábricas de papel e celulose que se instalaram na região entre 1950-70, com investimentos de capital externo: a Olinkraft, em Otacílio Costa, e a Papel e Celulose Catarinense (PCC), em Correia Pinto.

A cidade teve que buscar outras alternativas para além da pecuária e do extrativismo. Destacam-se como atividades preponderantes as indústrias moveleira, de embalagens, de papel e plástico, de alimentos, metal-mecânica e de confecção, e, ainda, as atividades ligadas à construção civil e à prestação de serviços – saúde, educação, transporte, mecânica e serviços públicos. Mas, sem dúvida alguma, a área que vem conquistando espaço é o turismo rural: há nove fazendas que recebem anualmente em torno de 40 mil visitantes. Nessa área existe um vasto caminho a ser trilhado, que permite trabalhar um estilo de turismo que contribua para a

construção de uma sociedade sustentável, pois é um meio que associa lazer e lucro, mas é perfeitamente possível integrar a educação e a sustentabilidade.

Com a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, houve um novo delineamento para as questões ambientais, que passaram a adquirir um caráter político. Foi recomendada a criação do PNUMA e, dentre as estratégias globais, destacam-se: a construção de uma sociedade sustentável, o respeito e o cuidado com a comunidade dos seres vivos, a melhoria da qualidade de vida humana, a modificação de atitudes práticas e pessoais, permissão para que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente e a construção de uma aliança global visando a sustentabilidade. (LEIS, 1996).

A partir do anos 80, houve, no Brasil, um (re)desenho das políticas (CAVALCANTI, 1999) em torno do meio ambiente e, em 1985, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Com a Constituição de 1988, essas questões, além do aparato legal de códigos, de secretarias ou ministérios, passam a fazer parte da lei-mor do Brasil, com um artigo dedicado à questão ambiental: “Todos têm direito a um meio ecologicamente equilibrado, bem como de seu uso comum e do povo, essencial á sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225). Como consequência da nova Constituição, os Estados tiveram que elaborar um novo conjunto de leis, bem como os municípios tiveram que elaborar suas Leis Orgânicas. O eixo norteador é o mesmo nas três esferas, diferenciando-se apenas em relação às peculiaridades de cada Estado ou Município. Na Constituição Estadual de Santa Catarina foi criada a Polícia Florestal, hoje Polícia de Proteção Ambiental.

Merece destaque a relevância da questão ambiental nos três níveis. Cabe ao IBAMA a execução da Política Nacional de Meio Ambiente; à FATMA, em Santa Catarina, a responsabilidade pela Política Estadual do Meio Ambiente; e aos Municípios, através das Secretarias de Meio Ambiente ou órgãos afins, a fiscalização e contenção das agressões ao meio ambiente. Talvez a grande estratégia para a questão ambiental, hoje, está em associá-la às demais políticas, e não deixá-la desvinculada, o que vem ocorrendo atualmente. Há necessidade de vincular a política ambiental à de desenvolvimento ou de política social.

No estágio atual, são necessárias medidas em nível global, como o controle da emissão de poluentes, da poluição dos mares, medidas estas que requerem longo prazo. Mas, desde

que a questão ambiental seja de fato prioridade, as mudanças acontecem gradativa e efetivamente e podem ocorrer em curto prazo, principalmente em nível local, na medida em que se dê conta da questão do lixo, do saneamento, do controle do desmatamento e trabalhando-se a educação ambiental.

Foi o que ocorreu em Lages a partir de 1993, quando a questão adquiriu relevância: criou-se a Secretaria de Meio Ambiente e foram adquiridas áreas de terra destinadas ao Parque Ecológico (já instalado), à construção do futuro Parque da Cidade (ainda não concretizado) e uma terceira área para a instalação do aterro sanitário (não liberada pela FATMA). Também foi construído o CEA, através de uma parceria estabelecida com o Unibanco e com o Rotary Club. Foram realizados vários encontros e campanhas em defesa do meio ambiente e criados programas como “lixo que tem valor”, educação ambiental e de ervas medicinais (medicina alternativa).

A gestão Décio Ribeiro comprometeu-se em levar adiante as propostas já existentes, implementando-as. Assim, teoricamente, na segunda gestão da Frente Popular, o avanço seria maior ainda, visto que havia sido criada a infra-estrutura para desenvolver o trabalho. Num primeiro momento, a continuidade acontece: a equipe do CEA é mantida e reúne as condições para trabalhar a educação ambiental; prosseguem os encontros ambientais e campanhas educativas; o programa “lixo que tem valor” é mantido. Gradativamente, porém, essa questão, relevante para a sociedade, perde espaço dentro da administração. A SEMMAS, na realidade, acha-se associada aos serviços de limpeza das ruas e manutenção da cidade. Afloram problemas internos, principalmente com o PT, o que provoca a mudança do coordenador do Centro Ambiental (PSDB), assumindo uma pessoa ligada ao PT. O CEA, aos poucos, perde a sua função de trabalhar a educação ambiental e a conscientização, visto que não tinha equipe para tal função.

Os recursos e pessoal não são mais liberados e há por parte do secretário uma certa indiferença em relação à situação, ou seja, ele não tomou posição, deixou que o prefeito decidisse, resguardando, assim, os cargos, e não o interesse e bem-estar da população. O programa “lixo que tem valor” caiu no esquecimento; as tentativas de reciclagem, que foram poucas e de abrangência limitada por falta de suporte, deixaram de existir; os loteamentos continuaram sendo implantados sem licença ambiental da FATMA, em alguns casos, como

foi o Gralha Azul, sem a distância necessária da mata ciliar e sem infra-estrutura nenhuma; o Parque Ecológico ficou abandonado, sem recursos; o Parque da Cidade só ficou no projeto.

É dessas contradições que trata essa pesquisa, ou seja, como foram tratadas as questões ambientais no âmbito do município, durante a gestão Décio Ribeiro, entre 1997-2000. A escolha dessa gestão deve-se ao suporte que foi criado na gestão Fernando Agustini, 1993-1996, e porque esses dois períodos foram de governos da denominada Frente Popular.

Para desenvolver essa pesquisa, procuramos constatar como as questões ligadas ao meio vinham sendo tratadas. Num primeiro momento, apenas de observação, verificávamos o surgimento de loteamentos sem infra-estrutura, áreas devastadas para o surgimento de novos loteamentos, todo o lixo tinha o mesmo destino, que era o lixão da cidade.

Durante o desenvolvimento da pesquisa documental, através do Jornal Correio Lageano, observávamos os enfoques dados. Foram folheados todos os jornais entre janeiro de 1997 e dezembro de 2000. A questão ambiental chamou atenção, principalmente com relação ao lixo e ao lixão da cidade. Eram reportagens mostrando como as pessoas viviam nesse local, sem as mínimas condições de vida; a utilização da mão-de-obra infantil; as crianças sendo exploradas na prostituição; o lixo era trocado por material escolar, no “programa lixo que tem valor”; a FATMA recomendava o fechamento imediato do lixão, pois estava sendo adquirida uma área para o futuro aterro sanitário; por último a Prefeitura teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, para que desse conta dessa questão. Enfim, durante a realização desse levantamento, essa foi a questão mais relevante.

Outra questão muito citada foi a dos loteamentos. Os chamados loteamentos comunitários recebiam pessoas que ou saíam de áreas de risco, ou que, por não terem casa, foram neles morar. Geralmente eram áreas verdes, sem autorização da FATMA e sem as mínimas condições de habitabilidade – inicialmente não tinham luz nem água encanada. Gradativamente essas questões foram acertadas, mas as condições de moradia de muitos continuam precárias quanto ao saneamento básico e condições das ruas, por exemplo. Até hoje essas questões não foram resolvidas. Com relação aos loteamentos para exploração imobiliária, uma construtora da região adquiriu, degradou e destruiu uma área, tendo sido autuada pela FATMA e pela SEMMAS. Posteriormente ela assinou uma série de compromissos, e como pena coube a doação de uma caminhonete para a Polícia Ambiental.

Também tiveram grande relevância no jornal, durante os primeiros meses da gestão Décio Ribeiro, as atividades que vinham sendo desenvolvidas pelo CEA, principalmente os encontros e as campanhas ambientais.

Foram realizadas, no decorrer do trabalho, 14 entrevistas com pessoas ligadas aos órgãos ambientais e que desempenhavam atividades nas quais o meio ambiente está diretamente envolvido: da SEMMAS, da FATMA, do IBAMA, do Parque Ecológico, da Polícia Ambiental, da CASAN, curador do Meio Ambiente, ex-secretário, ecologista, militante do PV, ex-coordenadores do CEA, ex-prefeito, presidente de Associação de Moradores e agente técnico da EPAGRI. Essas entrevistas foram feitas para que se pudesse estabelecer uma possível ligação entre questões ambientais e políticas públicas. Durante a sua realização, percebeu-se o descaso por parte da Prefeitura e do secretário, o desacordo entre órgãos municipais e estaduais e as contradições intra e extra órgãos. Os locais mais citados e em torno dos quais há mais polêmica foram filmados, para se ter o registro de como são: o lixão, loteamentos, a escadaria (v. subtítulo, 3.2.3) e o Parque Ecológico.

Este trabalho está dividido em três capítulos:

No primeiro, trabalham-se as *Questões Ambientais e Políticas Públicas*, contextualizando-as, do surgimento ao estágio atual.

No segundo, trataremos sobre *Lages* (aspectos gerais) e o Poder Local (1993-1996), mais especificamente a primeira administração da Frente Popular, bem como as práticas adotadas no Município no que diz respeito ao meio ambiente.

No terceiro, faremos um estudo de caso da *gestão Décio Ribeiro* (1997-2000), a forma como as questões ambientais foram tratadas por parte do Poder Público municipal, bem como sua relação com os demais órgãos.

CAPÍTULO I

QUESTÕES AMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. QUESTÕES AMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 O homem e os problemas ambientais

O ser humano, ao longo do seu processo de evolução, com raras exceções, tem uma relação conflituosa consigo mesmo, com os outros seres, enfim, com a própria natureza, o que pode ser constatado ao longo dos séculos, especialmente quando falamos do homem moderno, ou civilizado: “Os problemas ambientais da atualidade também são problemas que têm relação com aspectos socioculturais e históricos do ser humano relacionar-se com a natureza, em suas relações de produção e nas inter-relações travadas nessa dinâmica complexa e conflituosa, no cotidiano.” (AZEVEDO, 1999: 68)

Foi, porém, no século passado (XX) que as marcas do processo destrutivo empreendido pelos seres humanos ao longo da história ficaram mais evidenciadas, como o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, o desmatamento, a redução dos níveis de água potável, o lixo, que continua sendo uma questão não resolvida, e a poluição do ar, principalmente nas áreas metropolitanas. Tal processo de degradação tem reflexos em todas as partes do mundo, independentemente das condições econômicas e de desenvolvimento das nações: “A degradação social e ambiental global é resultado de uma mistura explosiva do aumento triplice de riqueza, pobreza e população, em um contexto de desigualdades e assimetrias inter e intrapaises, que tendem a se polarizar em dois submundos chamados ‘Norte’ e ‘Sul’ – que, apesar dos nomes, cada vez têm seus limites geográfico-nacionais definidos com menos nitidez.” (LEIS, 1996:65) Essa tríade está presente em todas as nações, não importa o continente, e cada vez mais se tem acentuado. Por exemplo, nos países ricos, pelo excesso de

consumo e pela degradação empreendida; nos países pobres, pelas condições subumanas em que vive a maioria da população, e ambos contribuem, assim, de forma significativa, para que a destruição aconteça. Se a economia é capitalista nos aspectos sócio-econômicos, no que se refere à natureza ela é predatória. (PÁDUA, 1988)

Os modelos de desenvolvimento adotados não só no Brasil, mas em todo mundo, têm provocado o agravamento das questões ambientais. Caso sejam analisadas as maneiras que, historicamente, o homem tem utilizado para garantir a sua sobrevivência, constatamos facilmente que não foram empregadas técnicas com o intuito de preservar o meio. A partir de 1930, quando Vargas toma o poder, o Brasil passa por uma grande transformação interna: o campo perde o espaço, pois a crise do setor cafeeiro provoca o declínio do campo e a ascensão das cidades. Esse processo de urbanização muda toda forma de pensar e agir da sociedade brasileira, tirando-a de sua condição, até aquele momento, essencialmente agrária, para torná-la urbana, levando-a rumo à industrialização.

“O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, baseado em uma industrialização rápida e concentrada, criou suas primeiras deseconomias de escala. Estas se manifestaram pela agravação de certos problemas urbanos, em especial o crescimento da poluição industrial, a falta de saneamento e os problemas de abastecimento de água, que afetam a população das principais cidades do país.” (MONOSOWSKI, 1989:18)

No Brasil, em meados do século XX, com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, a industrialização é impulsionada. A partir desse momento, os problemas associados ao meio ambiente tornam-se mais evidentes, e a acumulação econômica faz com que sejam instaladas indústrias, surgindo os grandes pólos industriais. São estes pólos que provocam, de um lado, a acumulação de capital e muitas indústrias nacionais e multinacionais se expandiram; por outro lado, acontece o aumento da pobreza, da exclusão social, quando as pessoas deixam o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

Posteriormente, a população das pequenas cidades parte em busca da sobrevivência nas cidades maiores, o que provoca a ocupação irregular do solo pelas camadas mais pobres, e, em época de muita chuva, acontecem deslizamentos que colocam em risco a vida desta mesma população. Além disso, o acesso às mínimas condições de higiene torna-se limitado,

como é o caso da água encanada, esgoto e recolhimento de lixo. Devido ao acelerado processo de urbano-industrialização nas últimas décadas, houve uma explosão dos problemas sócio-ambientais na cena brasileira, levando ao extremo a crise ecológica no Brasil. (LEIS, org., 1991)

Gradativamente, a vida nas cidades torna-se cada vez mais difícil, em função das condições de miséria, das dificuldades geradas com a poluição do ar provocada pelas fábricas e, principalmente, devido à sociedade capitalista em que vivemos e que prepondera no mundo. O Capitalismo tem gerado grandes desigualdades sociais, trazendo como consequência a prostituição, a violência (assaltos, assassinatos, corrupção), o que ocorre devido à desigualdade de renda, expressa na acumulação da riqueza.

Outro sério problema enfrentado e que não tem sido levado em conta, é a qualidade dos alimentos ingeridos, pois neles são empregados conservantes, corantes e outros produtos artificiais em demasia. Hoje, a produção de alimentos agroecológicos está sendo incentivada principalmente por ONGs que trabalham com agricultores. Na região de Lages temos o exemplo do Projeto Vianeí, que trabalha com agricultura alternativa, ou seja, com a produção de alimentos ecologicamente corretos, o que também possibilita, no meio rural, a construção da sustentabilidade. Esses produtos são de qualidade, mas são mais caros, e falta ainda, por parte do consumidor, consciência sobre a qualidade da alimentação a ser consumida.

Existe uma distinção clara entre os problemas comuns ao campo e à cidade. No campo percebemos a destruição dos recursos naturais, algumas vezes pela divisão da terra, mas, em muitos casos, pela falta de consciência. Outro fator preocupante é a poluição do solo, do ar e da água, que é causada pelo incentivo dado pelos técnicos e multinacionais ao uso indiscriminado de inseticidas e pesticidas, o que degrada não só o meio, como também compromete seriamente a saúde do produtor rural e, por consequência, dos consumidores. Ocorre ainda, de forma intensa, o desmatamento, que compromete todo o ecossistema, bem como a erosão, já que, após a colheita, o solo fica desprotegido devido às arações constantes e às chuvas, mas também devido à falta de cuidados, uma vez que existe a crença de que estes recursos são ilimitados.

Nas cidades, a concentração populacional faz com que os problemas aumentem a cada dia. Nelas há uma grande distinção entre as pessoas pelo poder aquisitivo: as que têm um bom

poder aquisitivo não enfrentam problemas no que diz respeito à moradia, saneamento, água potável e coleta do lixo. Já a população pobre mora, muitas vezes, nas favelas e nos barracos, sem as mínimas condições de moradia, saneamento, alimentação, água tratada. A favelização torna a população marginalizada, conseqüentemente, ela busca a sobrevivência no subemprego e utiliza até o trabalho infantil para garantir a sobrevivência. Enfim, é uma sociedade extremamente desigual, que leva aos grandes desníveis sociais, às grandes contradições e conflitos.

O processo de industrialização do Brasil coincide com o auge da exploração da madeira em Lages, o que provoca um impulso na economia interna e leva os madeireiros a se beneficiarem tanto na exportação quanto na venda de madeira para a construção da nova Capital Federal. Durante o auge do ciclo da exploração de madeira, ocorre na região uma grande mudança não só no que diz respeito às relações econômicas, mas também nas relações sociais. Aquele que anteriormente vivia na área rural e era o caboclo peão de fazenda e mesmo o peão roceiro, vem para a cidade em busca de uma nova perspectiva de vida: ser trabalhador assalariado.

O fato de o homem ter consciência (pensar sua própria ação) faz com que ele se considere superior e aja de forma indiscriminada em relação ao próprio homem, à natureza e a todos os seres. Isso se expressa de forma mais clara pelo desenvolvimento tecnológico, tanto no que se refere à ciência como no seu emprego para aumentar a produção, pois a máquina tem, gradativamente, substituído o homem. Sobre isso, Al Gore diz: “Somos também vítimas de uma espécie de arrogância tecnológica, que nos leva a acreditar que nossos poderes são ilimitados.” (1993: 229) Nessa sociedade da arrogância tecnológica, está presente o poder de autodestruição, já que o mundo pode ser destruído 120 vezes com as armas existentes. Outro exemplo é o avanço da medicina no final do século XX e no início do XXI. Os cientistas talvez brinquem de serem “deuses” e talvez “quase” detenham o poder da vida e da morte, ao tentarem clonar seres humanos. Trabalham, ainda, com a possibilidade de as mulheres gerarem filhos sem a necessidade do homem e buscam a possibilidade do prolongamento da vida ou de tornar-se “eterno”. Talvez aqui se encontre a maior contradição, pois evoluímos tanto tecnologicamente, inclusive com a máquina substituindo o homem, e não conseguimos oferecer melhores condições de vida a toda população.

Hoje, o que está em jogo não é esta ou aquela forma de sociedade, o consumo deste ou daquele produto: o que está em jogo é todo um estilo de vida adotado. O padrão de consumo, que leva uma minoria ao excesso e ao desperdício, nega acesso à maioria da população às mínimas condições de vida, e ela, pura e simplesmente, tem tentado garantir sua sobrevivência. Esse estilo de vida tem levado, pouco a pouco, ao “esgotamento de recursos não renováveis, como o gás natural e minerais, incluindo o petróleo, tanto quanto os renováveis como as florestas, o ar puro e a água potável (...)” (CAVALCANTI, 1999: 272) A exploração da natureza e dos recursos por ela oferecidos acontecia e ainda acontece como se eles fossem infinitos, e já é sabido que, no início do século XXI, teremos dificuldade de acesso ao que é básico, como água potável. Muitos locais, inclusive no Brasil, já estão tendo problemas de abastecimento não só pela falta de chuvas, mas pelo desmatamento, pela contaminação das fontes, em decorrência da criação de suínos, e, principalmente, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que comprometem o abastecimento de muitas comunidades rurais. Usamos a água potável tanto para beber e cozinhar os alimentos, quanto nas descargas, para lavar calçada, carro, enfim, desperdiçamos um bem precioso.

No Brasil, a partir da década de 80, estas questões têm se refletido de forma mais intensa em ações como o assassinato de Chico Mendes, que era um grande defensor da floresta amazônica e dos seringueiros. A morte de Chico teve uma grande repercussão internacional entre os defensores da natureza, principalmente por parte das ONGs. Vinte anos depois os problemas continuam, principalmente no que diz respeito à destruição da mata por madeiras e pelas queimadas. Mas os povos da floresta resistem e sobrevivem, mesmo diante de adversidade. As agressões sofridas pelo meio ambiente, pelo uso da natureza de forma indiscriminada, contribuem para o aumento dos problemas ambientais e da injustiça social.

No início dos anos 80, éramos a 8ª economia do mundo e também um dos países com uma das mais injustas distribuições de renda, um dos países que mais degradava. Tínhamos os mais variados problemas, como a degradação das florestas, o processo de desertificação, os resíduos de agrotóxicos, os detritos da produção industrial, a péssima qualidade da água consumida no Brasil, os gases industriais sem o mínimo de controle, as doenças respiratórias, a inexistência de controle sanitário na produção de alimentos, a ausência de esgotos, o tratamento inadequado do lixo, as usinas nucleares. E o Brasil é 5º produtor e exportador de

armas (PÁDUA, 1988). Hoje continuamos sendo a 8ª economia do mundo, mas nem por isso os problemas diminuíram. Eles continuam tão abrangentes ou maiores que no passado, devido ao aumento da poluição, à emissão de gases, à erosão no campo, provocada pelo uso inadequado do solo, à ocupação irregular do solo urbano, à insuficiência de saneamento básico.

Ainda que o Brasil tenha um grande potencial econômico, não acontece o mesmo socialmente, já que, em relação à sociedade, há uma certa impotência, porque não se garante ao povo as mínimas condições necessárias a uma boa qualidade de vida, com um meio ecologicamente equilibrado. Para reverter tal situação, é necessário que haja, além de consciência da população em geral, vontade política dos governos para implementar políticas de melhoria não para as futuras gerações, mas para as gerações atuais:

“A ecologia política faz do valor da sobrevivência – respeito dos sistemas vivos e resistência à destruição de vida – o fundamento necessário para a construção e legitimação de um sistema de valores sócio-políticos pós-materialista.” (PÁDUA, 1988:76)

“(…) a crise ambiental exige a construção de pontes autênticas (em vez de pontes falsas, como no Neoliberalismo) entre as visões e os princípios realistas e idealistas, de modo a fazer possível a cooperação entre atores egoístas.” (LEIS, 1996:50)

“A crise ecológica também é uma crise dos valores humanos, da ética em todas as dimensões, e traz à tona novos pensamentos, novos conflitos, novas possibilidades, novas soluções e novos comportamentos.” (REIGOTA, 1999:68)

Os três autores citados referem-se ao meio ambiente. De PÁDUA (1988) frisamos: “A ecologia política faz do valor da sobrevivência – respeito dos sistemas vivos e resistência à destruição de vida(…)”; em LEIS (1996), “(…) fazer possível a cooperação entre atores egoístas”, e em REIGOTA (1999), “(…) crise dos valores humanos (...) novas possibilidades e soluções(…)”. Em outras palavras, a necessidade de se buscar um meio ecologicamente equilibrado deve levar-nos a deixar de lado os interesses individuais, em função dos interesses coletivos, para que se concretize um mundo possível para a humanidade como um todo.

Com a crise ecológica instalada, precisamos ter consciência do momento e das dificuldades por que estamos passando, das limitações do hoje, mas também ver as tantas

possibilidades adiante. É preciso vislumbrar, mesmo num contexto contrário, a possibilidade de criar novas alternativas, perceber que é possível ter um meio ambiente ecológica, social, econômica e culturalmente equilibrado. Por outro lado, problemas ambientais relevantes, como a finitude dos recursos naturais, a sustentabilidade dos ecossistemas, os desastres e acidentes ecológicos, caracterizam-se por não se restringir a espaços locais ou regionais, já que adquirem um caráter planetário. (SCHERER-WARREN, 1999) É essa dimensão que precisamos ter, quando falamos em meio ambiente: as ações devem ocorrer em nível local e, conseqüentemente, terão interferência no global e vice-versa.

“A experiência ambiental da humanidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana.” (BERMAN, 1986:15) Talvez o século XXI ofereça a consciência de que, além de sermos “cidadãos lageanos, somos cidadãos do mundo” e que o “pensar globalmente e agir localmente” ou “agir localmente, percebendo-se globalmente”, é fundamental para continuarmos sendo e existindo. Voltar ao passado implica retroceder; é necessário, portanto, que os seres humanos passem a utilizar os recursos e os avanços tecnológicos para o bem comum de todos, e não para uma minoria.

1.2 Histórico do ambientalismo

Se fizermos uma comparação entre o processo de ocupação dos espaços e sua destruição e, posteriormente, a tomada de consciência, verificamos que acontece um longo espaço de tempo. Certamente, antes de surgir, de fato, o movimento ambientalista, muitos se preocuparam individualmente com a preservação do meio, mas não havia ainda um movimento amplo. Isso começa a acontecer, nos países de Primeiro Mundo, somente a partir dos anos 60, graças à sensibilização com o meio ambiente, juntamente com a crítica dos movimentos sociais, especialmente os jovens, quanto ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora. Nos demais países, foi o pacifismo, do tipo paz e amor. É, portanto, a partir dos anos 60, que grupos e entidades, e algumas políticas governamentais, começam a se preocupar com a educação ambiental, num movimento influenciado pelos ecologistas. Posteriormente, já nos anos 70, o termo ambiente,

passa a fazer parte da agenda global, por causa da crise econômica que se instalou na maioria das nações do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, e não pelo processo de conscientização. (CAVALCANTI, 1999)

Na verdade, o mundo só percebe a necessidade de preservar o meio ambiente nas últimas décadas do século XX, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. Foi aí que o debate sobre a questão do meio ambiente ou questão ambiental ganhou caráter político. Uma das recomendações da Conferência foi a criação do PNUMA. Nesse momento, pensa-se na possibilidade de tornar o planeta sustentável. No Brasil, a primeira associação que tratou da questão ambiental, fundada no Rio Grande do Sul, em 1971, foi a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural), liderada por Lutzemberger. (Mc CORMICK, 1992)

Atualmente, a questão ambiental não aparece apenas como preocupação de governos, mas se torna prática obrigatória de grandes e pequenas empresas, do setor educacional, da saúde. Enfim, grande parte das pessoas têm preocupação em construir um meio ecologicamente equilibrado; o que faltam são práticas que de fato protejam o meio, do micro para o macro e vice-versa.

“A quinta fase (e atual) da ecologia, surgida nos anos 70 e 80, implica a inclusão do homem na biosfera, isto é, a consideração dos problemas sociais, econômicos e políticos junto aos ambientais e, portanto, sua vinculação com as ciências sociais e humanas em geral.” (LEIS, 1999:79) A partir de então, o meio é visto de forma ampla, não se restringe apenas ao espaço natural; as questões econômicas, humanas, sociais passam a relacionar-se entre si e a influenciar também. Outra marca dos anos 80 foi a ascensão dos movimentos sociais, dos quais a população participa ativamente, uma vez que a Igreja, ligada aos Movimentos Populares, incentiva a participação. Na região do Planalto Serrano Catarinense, nesta década, há movimentos de jovens, grupos de famílias e uma participação maior nos sindicatos e nos partidos políticos.

Desde as primeiras críticas dos jovens e dos movimentos sociais dos anos 60, fosse pelo consumo em demasia ou através do estilo “Paz e Amor”, até se chegar ao período atual, quando é feita a crítica a toda uma sociedade que busca ter em demasia, consumir sempre além do necessário, percebe-se que não basta só proteger o meio ambiente. Hoje, existem no

Brasil em torno de cinco mil entidades civis, tendo grande relevância o trabalho desenvolvido pelas ONGs tendo-se associado a elas a militância ecológica e muitas vezes a participação política, nos partidos chamados de oposição.

O movimento ecológico brasileiro passa por vários momentos, desde 1978, com o Movimento Arte e Pensamento Ecológico, que começa a publicar regularmente a revista *Pensamento Ecológico*, que se transforma no primeiro órgão de debate sistemático dos ecologistas brasileiros. A cidade de Lages aparece como experiência alternativa durante o governo municipal de Dirceu Carneiro, em 1979, e surge o MEL (Movimento Ecológico de Lages), que contava com adesão significativa principalmente de estudantes do CAV (Centro de Ciências Agroveterinárias), entre os quais havia muitos militantes do PT. (Mc CORMICK, 1992)

Com a volta dos exilados políticos no final da década de 70, o PV foi criado (1986). Na região, é um partido que ainda não conseguiu conquistar um espaço no Legislativo para de fato divulgar e implementar suas propostas, o que só ocorre durante as campanhas eleitorais.

“No Brasil, em meados dos anos 80, o ambientalismo transforma-se num movimento multissetorial: o ambientalismo *stricto sensu*: forma por associações e grupos comunitários ambientalistas; o ambientalismo governamental: nas três esferas; o sócio-ambientalismo: com as ONGs, sindicatos e movimentos sociais; o ambientalismo científico: ligado à pesquisa científica; o ambientalismo empresarial: ligado a empresários que no setor produtivo investem na sustentabilidade; o ambientalismo dos políticos profissionais: incentiva a criação de políticas específicas na dimensão ambiental, no conjunto das políticas públicas; o ambientalismo religioso: representantes das várias religiões vinculam a problemática ambiental à consciência do sagrado e do divino; o ambientalismo dos educadores: envolve jornalistas e artistas preocupados com a questão ambiental e com a capacidade de influir na consciência das massas.”
(VIOLA & LEIS, 1995:135)

Ainda devido ao fato de vivermos numa sociedade globalizada, todas as ações têm implicação na economia, no meio ambiente, na sociedade. Além disso, precisamos nos

preocupar com o que ocorre a nossa volta, com as conseqüências produzidas pelo lixo jogado nos rios, sem deixarmos de nos preocupar com a destruição da camada de ozônio.

1.3 Políticas Públicas

As primeiras ações governamentais no Brasil, no que diz respeito às regulamentações sobre o uso dos recursos naturais, surgem no início dos anos 30, mas somente a partir dos anos 70 essa questão é retomada, depois da Conferência de Estocolmo, quando as questões ambientais ganham um enfoque político e passam a ter maior repercussão. São criadas secretarias, planos e conselhos para o meio ambiente. É, porém, na década de 80, principalmente com a elaboração da atual Constituição (1988), que ficam claras as competências dos governos e também as responsabilidades da própria população.

O Brasil tem um amplo suporte em nível de órgãos, “(...) a legislação é das mais avançadas do mundo quanto a sua forma, sendo que o problema maior está na aplicabilidade das mesmas.” (MONOSOWSKI, 1989: 22). Entre o discurso e a prática é esquecida a preservação e continua a degradação. Temos uma das legislações mais avançadas (reconhecimento por grupos ambientalistas internacionais), mas existe todo um aparato burocrático que, muitas vezes, acaba por impedir o avanço dessas políticas públicas. Um órgão não pode invadir a área do outro, eles não podem se sobrepor e, em função disso, deixam de ser tomadas medidas necessárias, além de haver um processo de corrupção por parte de alguns coordenadores de órgãos.

No Brasil, as primeiras medidas para garantir a preservação do meio, foram tomadas a partir de 1934, com o Código das Águas e da Mineração; em 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia e a legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional; em 1938, o Código da Pesca, e, em 1964, o Estatuto da Terra, marcando o início das ações governamentais no campo da políticas ambientais (MONOSOWSKI, 1989). Durante a década de 1960, foram criados o Ministério de Minas e Energia – DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), o IBDF (vinculado ao Ministério da Agricultura), a SUDEPE, o INCRA e os Parques Nacionais. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e, em meados de 70, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Na década

de 80, houve o “(...) re(desenho) dessas políticas, com a legislação em torno da criação do PNMA.” (CAVALCANTI, 1999: 248) A Lei Federal 6.938, de 1981, torna-se a base legal para a execução de uma Política Nacional de Meio Ambiente e, conseqüentemente, para a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Em 1985, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O PNMA propõe o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade, bem como de diretrizes para a apropriação dos recursos naturais, a pesquisa e a difusão de tecnologias apropriadas à gestão do meio ambiente, o fornecimento de dados e informações para a formação de uma consciência coletiva voltada à preservação da qualidade ambiental (MONOSOWSKI, 1989).

Em 1988 foi elaborada a nova Constituição e inegável é sua importância para a sociedade como um todo, merecendo destaque o capítulo dedicado ao meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum e do povo, sendo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Artigo 225) É, portanto, o Poder Público que deve ser responsabilizado pelas ações concretas para proteger o meio ambiente, o que não retira da comunidade o direito de ser ouvida e de dizer o que pensa.

Em 1990, com o Governo de Fernando Collor, foi criada a SEMAM/PR (Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República). Em 1992, a SEMAM é transformada em Ministério do Meio Ambiente e, no final de 1993, é determinada como competência desse ministério a Política Nacional de Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

No âmbito federal, é o Ministério do Meio Ambiente que planeja a Política Nacional de Meio Ambiente, e o IBAMA a executa, fiscaliza a legislação ambiental, fauna e flora e controle do desmatamento. O CONAMA, como órgão consultivo, fixa critérios para exigir EIAs e RIMAs em processo de licenciamento. Existem ainda outros instrumentos, como o Código Florestal, as Áreas de Proteção Ambiental, a Educação Ambiental. A área do meio ambiente tem recursos viabilizados através de vários órgãos, como do BNDES e CNPq.

Atualmente não existe um efetivo empenho e, por conseqüência, desempenho para que as políticas ambientais ganhem uma nova dimensão ou uma nova regulamentação no Brasil.

Basta lembrar que o campo de ações ambientais continua a ser mais desenvolvido por outros atores e agências públicas (caso do saneamento, obras e saúde pública), onde ocorrem de maneira mais efetiva, do que pela área ambiental do Governo (nos três níveis) (CAVALCANTI, 1999): “No plano interno da gestão pública governamental, a razão fundamental para o quadro acima é a ausência de tratamento integrado no campo social com as decisões macrosociais e macroeconômicas (emprego, renda, política industrial e urbana, pobreza e exclusão social.” (CAVALCANTI, 1999: 251) Portanto, há necessidade de vincular essas questões com a questão ambiental. O governo FHC não escapa às argumentações levantadas anteriormente, visto que a política ambiental ainda não é considerada uma política social – está desvinculada das demais políticas públicas –, nem mesmo uma política de desenvolvimento, portanto também desvinculada das demais políticas econômicas. Precisa haver uma redefinição do papel do Estado, o que implicaria a redução de suas funções econômicas e o fortalecimento de suas funções sociais e ambientais nos diferentes níveis, além de um processo de descentralização política. (FERREIRA, 1998)

A área ambiental é de extrema importância, mas, na maioria das vezes, não recebe a devida atenção, quer seja pela ação de outros atores ou pela completa desarticulação entre as áreas econômica, social e ambiental. Essa interdependência não é levada em conta. Além desses aspectos, o crescimento econômico se sobrepõe ao meio ambiente, que fica relegado a segundo plano. Isso decorre de alguns aspectos:

“Os interesses do Estado Nacional se sobreporiam aos interesses locais e regionais; interesse por parte de determinados atores sociais, em evitar a discussão dos custos sociais e ecológicos, pois a inclusão desses custos pode eventualmente reduzir certas margens de lucro, ou inviabilizar alguns projetos; interesses setoriais contraditórios, segundo as atribuições de cada instância de governo: prefeituras, ministérios, empresas mistas etc.; falta de recursos para a área ambiental, que se reflete nas condições técnicas e materiais de trabalho dos órgãos governamentais do meio ambiente; falta de capacitação técnica dos órgãos ambientais para a aplicação de novos instrumentos da política ambiental.” (MONOSOWSKI, 1989: 23)

Vivemos numa democracia representativa, ou seja, a população vota e atribui a alguém o direito de representá-la. Mas nem sempre os eleitos ouvem seus representados. E não precisamos chegar à esfera federal para constatar isso: nos limites do Município e seu Poder Legislativo, os vereadores eleitos que representam ou que têm sua base em determinada área, dificilmente voltam para ouvir os anseios daquela população – se são os mesmos da época de campanha ou se já mudaram –, embora o façam na próxima campanha eleitoral. Além disso, em nível municipal, existe uma peculiaridade, uma vez que a população não esquece a quem deu o voto para prefeito e vereador, o que não acontece nas demais esferas.

No contexto de mudança que experimentamos, principalmente em nível local, existem dificuldades como a falta de conhecimento do Governo e da sociedade civil sobre o desenvolvimento sustentável, a ausência de uma cultura de participação, o não estabelecimento de parcerias. Outro problema sério que é a falta de recursos. (CAVALCANTI, 1999) Em Lages a realidade não é diferente. Durante a gestão Décio Ribeiro, a participação popular recebeu pouco incentivo, o que é um tanto estranho, uma vez que se auto-intitulava “Popular”. Na prática ambiental, este governo desenvolveu práticas isoladas, não buscou parcerias para desenvolver trabalhos com relação à reciclagem e à educação ambiental, sem contar a falta de recursos. Tal condição, porém, é comum a todas áreas, principalmente pelo fato de Lages ser oposição aos governos estadual e federal, embora esse aspecto não possa ser considerado como determinante. Há exemplos no Brasil, e particularmente em Lages, que mostram a omissão da população e o interesse do Poder Público para que a comunidade não participe. Isto acontece mesmo nos governos que se dizem populares, como o de Décio Ribeiro, quando a comunidade é ouvida e tem espaço para participar apenas em alguns momentos.

Para inverter esse quadro, são necessárias políticas públicas que estimulem e apoiem as iniciativas locais, que devem ter um papel muito importante no conjunto das políticas de desenvolvimento sustentável. (SACHS, 1993) Um dos grandes desafios, atualmente, é incentivar a interação entre população e Poder Público, buscando-se a articulação entre as três esferas e adotando-se práticas no plano ambiental. Para tanto é necessário estabelecer prioridades e políticas públicas, atribuindo competências a quem de fato tem que executá-las.

“O fortalecimento da autonomia local, e da compreensão/ação global, aberta a todos os cidadãos da terra, passa por opções de tecnologias socialmente e ecologicamente apropriadas,

passa, portanto, pela construção de estruturas políticas e modelos econômicos que as fomentem e facilitem.” (CASCINO et al., 1998: 30) É preciso, portanto, incentivar formas alternativas no meio rural, incentivando a agricultura sustentável através da agroecologia, e a preservação dos recursos naturais, como a água e a vegetação existente. Nas cidades, é preciso buscar alternativas para o problema do lixo, através da reciclagem, montar locais destinados a essa atividade, melhorando as condições de vida dos catadores, para, assim, melhorar a própria cidade. No que se refere ao meio ambiente, fomentar esse trabalho através de cooperativas auto-sustentáveis. As comunidades, através das Associações de Moradores, devem levantar as dificuldades maiores e, juntamente com o Poder Público, buscar alternativas. A construção da sustentabilidade é compromisso de todos e de cada um. As práticas inovadoras por parte das Prefeituras no Brasil, com raríssimas exceções, têm sido tímidas e o comprometimento do setor empresarial ainda é muito restrito, devido à mentalidade que tem a maioria dos empresários. (CASCINO et al., 1998)

Pode-se perceber, ao longo da discussão sobre globalização e sustentabilidade, além de discussões mais gerais sobre globalização, um conjunto de problemas que são muito familiares, como a questão do poder local, a problemática das águas e dos diferentes tipos de poluição, a questão da qualidade de vida, a questão do espaço público, a discussão sobre desenvolvimento. (FERREIRA & SAVIERO, 1996)

As práticas inovadoras, em Lages, são muito importantes e recentes. As primeiras experiências de governos municipais acontecem a partir de 1977, quando são eleitos políticos de oposição para a Prefeitura, com um governo gerido num processo de democracia participativa, adotado em Lages pela administração Dirceu Carneiro. Durante esta administração, há um grande incentivo às iniciativas de participação popular, são feitos mutirões, oferecem-se incentivos ao associativismo e à participação em conselhos. Nas duas últimas administrações da Frente Popular (1993-2000), houve tentativas tímidas e outras propostas poderiam ter sido consideradas, mas não foram levadas adiante principalmente por não haver clareza com relação aos projetos e por falta de pessoal técnico para desenvolver o trabalho.

“Os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas estão no último escalão da administração pública. Há um deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local,

enquanto as estruturas político-administrativas continuam centralizadas. Em consequência, criou-se um tipo de impotência institucional que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local, enquanto favorece o tradicional caciquismo articulado com relações fisiológicas nos escalões superiores.” (FERREIRA, 1998: 54)

No estágio atual em que nos encontramos, as políticas públicas estão a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório. Se, de um lado, existe a legislação que protege o meio ambiente, de outro, a ação dos empresários e a prática dos órgãos fiscalizadores ficam aquém das necessidades. (FERREIRA, 1998) “Neste sentido, muito importantes são as redes que integram representantes do movimento popular, sindical e ambientalista e/ou incorporam em suas plataformas de luta a questão sócio-ambiental, tentando influenciar a implementação de políticas públicas.” (FERREIRA & SIVIERO, 1996: 86)

Saliente-se que as redes têm um importante papel pela ação dos novos atores, expressas principalmente nas ONGs. São importantes as parcerias com o Poder Público através da participação em conselhos, câmaras e fóruns, tanto em nível local, quanto estadual e federal, a realização de pressões institucionais, a formação de opinião, através de eventos públicos, a vigília cidadã, com iniciativas de fiscalização de políticas públicas e cobranças em relação à legislação ambiental – todas essas ações podem levar à formação de uma nova mentalidade tanto por parte dos envolvidos diretamente, como também por aqueles que são espectadores. (SCHERER-WARREN, 1999) Para isso, faz-se necessária uma revisão nas políticas ambientais brasileiras, no sentido de adaptá-las à nova realidade social, econômica, institucional e jurídica do país, revendo as estratégias, no sentido de adotar políticas de desenvolvimento e meio ambiente integradas e abrangentes. (MONOSOWSKI, 1989)

Cabe ao Poder Público “(...) estimular o associativismo municipal; elaborar planejamento, que sirva como guia para os implementadores de políticas públicas setoriais; ser agente de transformação cultural da administração pública – tarefa estrategicamente importante para organismos públicos de planejamento e desenvolvimento; nos municípios aplicar de forma mais eficiente os recursos públicos, evitando desperdícios.” (CORDAMANI, 1997: 232)

É necessário que haja unificação de discursos e de práticas, exigindo-se de cada um as suas responsabilidades. Não podemos negar as competências que são atribuídas a cada órgão, mas o discurso e a prática devem ser comuns, pois, para existir um meio ecologicamente equilibrado, é necessário um discurso e uma prática devidamente sintonizados.

1.4 Agenda 21

A Agenda 21 vem para impulsionar as ações tanto em nível global quanto local, através de ações definidas pelos governos, juntamente com a população, nas diversas instâncias. Ela é um documento desenvolvido para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, acontecida em 1992, no Rio de Janeiro e envolveu dois anos de negociações.

“A Agenda é produto diplomático da Rio-92, contendo consensos e propostas. É instrumento e guia de planejamento valioso para reelaborar idéias sobre desenvolvimento e para formular propostas; é instrumento para a captação de recursos e alavanca para impulsionar projetos de desenvolvimento sustentável.” (CORDAMANI, 1997: 230) Ela constitui o principal documento assinado na Rio-92, contém os compromissos com a sustentabilidade e resultou numa Carta de Intenções e de Recomendações. As propostas nela contidas envolvem tanto a preocupação com os aspectos globais quanto com os locais. Ela trata “(...) da participação e da transparência na elaboração de programas, de um plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, que considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente em uma variedade de áreas.” (CAVALCANTI, 1999: 260)

“A Agenda 21 tem um caráter contraditório. É positivo que se tenha laborado detalhadamente um documento normativo sobre como deveriam ser as relações Norte-Sul nos próximos anos, assim como o caráter realista e moderado da maioria das suas proposições, mas é negativa pela falta de compromissos financeiros concretos por parte da maioria dos países do Norte.” (VIOLA et al., 1995: 135) Na prática, houve um fracasso no plano político-econômico, porque, na maioria das vezes, principalmente os países desenvolvidos (Estados Unidos) querem a aplicação da legislação para os outros, não para si próprios. Depois da RIO-

92 e da elaboração da Agenda 21 como um compromisso comum para o planeta, muitos países continuam sendo exceção, e várias conferências aconteceram nos últimos anos. Recentemente, durante a realização da última Conferência sobre Clima, na Alemanha, os Estados Unidos, como o país mais industrializado do planeta e, por consequência, o que mais polui, negou-se a assinar o documento para reduzir a quantidade de poluentes.

“Quando se considerar a continuidade das políticas ambientais nesta década, é necessária uma avaliação cuidadosa. Na verdade, vários governos ainda não estão suficientemente equipados para resolver os problemas ambientais globais e principalmente locais.” (FERREIRA & SAVIERO, 1998: 60) É preciso criar suporte para resolver gradativamente os problemas locais. Isso exige políticas públicas bastante claras, para que, na prática, possam ser efetivadas. Até porque tal suporte inclui recursos, técnicos, mas é a vontade política que vai determinar a eficiência ou não das políticas públicas. Além disso, os custos de programas que levam em conta a sustentabilidade exigem investimentos maiores para controlar a emissão de poluentes.

Através do decreto nº 5827, de 05 de junho de 2000, o prefeito Décio Ribeiro instituiu um fórum para a realização da Agenda 21 em nível local. Ele era composto por membros representantes das dez secretarias do Município, da SERRATUR, da Polícia Ambiental, ACIL, UNIPLAC, UDESC/CAV, FATMA, IBAMA, UNIVEST, 10º Batalhão de Engenharia e Construção, SESC, 7ª CRE, Associação dos Engenheiros, CASAN, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Centro dos Direitos Humanos e Cidadania, Comissões de Saúde, num total de 52 membros. Este grupo reuniu-se seis vezes, durante o segundo semestre de 2000. Aprovou-se o regimento interno, foram eleitas coordenações e foi apresentado e discutido o Plano de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Regional. Posteriormente organizou-se um seminário de discussões nas dependências do CAV, quando as organizações locais, ligadas ao desenvolvimento regional, apresentaram suas funções e projetos – todos já vinham desenvolvendo projetos e o grupo precisava tomar consciência deles. A partir da apresentação, foi elaborado um documento único, de tal modo que não haveria necessidade de desenvolver novos projetos, mas aprimorar os que já existiam.

Como este era um período pré-eleitoral, e possíveis mudanças ocorreriam, enfrentaram-se problemas como a falta de engajamento das instituições que participavam do Fórum, falta de recursos para promover a publicidade e falta de consciência tanto das instituições quanto

da população em geral. Percebe-se claramente a falta de consciência das organizações regionais quanto à importância social e econômica da Agenda 21 para o futuro da humanidade, pois há necessidade de crescimento da sociedade tanto em nível econômico (produção e emprego) quanto em nível ambiental (desenvolvimento sustentado). A falta de recursos para a implantação de projetos básicos para a sociedade, como tratamento adequado do lixo e do esgoto, a proteção dos rios e suas fontes, melhorias da qualidade de vida através da educação, saúde e emprego, fez com que, aos poucos, os participantes abandonassem o Fórum.

O último trabalho realizado pelo Fórum da Agenda 21 foi um seminário realizado no CAV. Posteriormente não houve mais reuniões e, depois da eleição do novo prefeito (Raimundo Colombo), as atividades ficaram totalmente paralisadas. Somente em agosto de 2001 a Prefeitura baixou um novo decreto de organização do Fórum, cabendo à Secretaria do Meio Ambiente sua organização.

1.5 A importância da Educação Ambiental

A questão ambiental adquire cada vez mais relevância e o mesmo acontece com a educação ambiental, em que pese o descaso do governo com a questão. A preocupação já tem séculos, no entanto o enfoque dado à educação ambiental é irrelevante. Já no “(...) século XVIII, (...) Rousseau (1712-1778) e, mais tarde, o educador Freinet (1896-1966), no início do século XX, insistiram na eficácia do meio como estratégia de aprendizagem.” (LEONARDI, 1999: 393)

Em 1968 é criado, na Grã-Bretanha, o Conselho de Educação Ambiental. A França e os países nórdicos introduzem o assunto no currículo no mesmo período. A UNESCO, no mesmo ano, informa que 79 países introduziram a educação ambiental nos currículos escolares. Em 73, o PNUMA adverte sobre a necessidade de educação e formação ambiental. Em 1975 fica estabelecido um Programa Internacional de Educação. “O desafio que se coloca é o de formular uma EA que seja crítica e inovadora, formal e não-formal, que seja um ato político voltado para a transformação social; situamo-la num contexto mais amplo: o da educação para a cidadania.” (JACOBI, 1998: 12) O principal eixo de atuação da EA deve

buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas de atuação, criando atitudes e comportamentos novos diante do consumo e estimulando mudanças de valores individuais e coletivos.

A educação ambiental precisa buscar, acima de tudo,

“(...)ser crítica e inovadora, formal (escolar), informal (meios de comunicação) e não-formal (sindicatos, ONGs e outros), individual e coletiva. Não é neutra, é um ato político voltado para a transformação social; deve buscar uma perspectiva holística, relacionando homem, natureza e universo, e ser interdisciplinar. Deve buscar solidariedade, igualdade, respeito através das formas democráticas de atuação, promovendo o diálogo. Deve valorizar as diversas culturas, etnias e sociedades, principalmente as tradicionais. Deve criar novos estilos de vida, desenvolver uma consciência ética (...)” (LEONARDI, 1999: 394)

A educação se inscreve, assim, dentro de um processo estratégico que estimula a reconstrução coletiva e a apropriação subjetiva do saber; é o processo educativo que fomenta a capacidade de construção de novos conceitos e ressignifica o que até agora parecia não ter valor (LEFF, 1992). Para tanto a mobilização dos movimentos sociais é fundamental, através da ampliação de parcerias e de novos horizontes.

Mas, dentro do processo educativo, cabe à Universidade não só o papel de formação dos futuros profissionais, mas o de ser mais um elemento a pensar as questões locais e contribuir com o seu desenvolvimento. Isso será possível através

“(...) da alteração de currículos – redefinição de programas escolares; do treinamento de especialistas em desenvolvimento e meio ambiente; da influência sobre a mentalidade de executivos, administradores econômicos e planejadores setoriais que integram a dimensão ambiental; da educação ambiental pública, além de simples campanhas racionais; de um considerável potencial humano, para assessorar e implementar projetos de desenvolvimento local.” (SACHS, 1993: 39)

Cabe à Universidade repensar a sua prática enquanto agência formadora, redimensionando cursos e criando outros, e desenvolvendo um trabalho com os professores,

para que eles, juntamente com os alunos e suas respectivas comunidades, possam trabalhar a conscientização. No cotidiano dos municípios, as estratégias podem ser pensadas e repensadas de forma conjunta, pois as possibilidades de mudança são mais imediatas. Um exemplo é o lixo, e o Congresso já estabeleceu que os municípios com mais de 150 mil habitantes terão que ter um destino final adequado para o lixo. É sobre o papel do Município, em especial de Lages, que trataremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

LAGES: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XX

2 LAGES: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XX

2.1 Aspectos Históricos e Geográficos

Segundo o Censo 2000, o Município de Lages tem uma área de 2.645 km², com uma população de 156.406 habitantes – 152.320 vivem na área urbana e 4.086, na área rural. Essa tendência de urbanização vem sendo construída histórica, econômica, cultural e socialmente em nível mundial, mas no Brasil teve início a partir dos anos 1930.

Mas para conhecer Lages, é necessário buscar no seu passado elementos que nos levem a entender a situação atual. O bandeirante paulista Antonio Correia Pinto de Macedo fundou-a em 1766, a mando do governador da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus. A fundação foi planejada e apresentava objetivos claros:

“(…) com a fundação planejada e cuja construção obedecia a um objetivo claro: o de colocar em boa posição estratégica um núcleo de população que, além de marcar a ocupação portuguesa, constituísse, quando necessário, um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território que Lisboa considerava, como poderosas razões de sua propriedade.” (COSTA, 1982: 19)

Correia Pinto veio para a região, juntamente com uma bandeira colonizadora. As bandeiras eram expedições de caráter particular, que saíam de São Paulo em direção ao interior em busca de pedras preciosas e caça ao índio, porém a bandeira de Correia Pinto veio para confirmar o domínio português, tendo sido responsável pela captura e morte de muitos

índios ou bugres, como eram denominados. Passados dois séculos e meio da presença portuguesa no Brasil, ainda havia disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, e os portugueses precisam garantir seu território. Daí a necessidade de, em 1771, elevar Lages à categoria de Vila.

No século XVIII, quando da chegada dos bandeirantes paulistas, a região contava com algumas fazendas e pessoas que habitavam esses campos, além dos chamados bugres. Por ali passavam as tropas de gado e seus tropeiros. No início, cerca de nove famílias de pioneiros acompanharam uma bandeira, trazendo em torno de três escravos cada uma. (COSTA, 1982) Não há, na região, indícios da existência de um grande número de escravos, pelo fato de a pecuária não exigir grande contingente de pessoal. Lages, além de servir de passagem para os tropeiros, era lugar onde eles descansavam: “(...) também passou a ser um dos pousos normais que freqüentemente, também aí invernavam ou se demoravam meses e em alguns casos mais de um ano, para que seus animais se refizessem da longa viagem desde os campos uruguaio-rio-grandenses, situados a cerca de 1200 quilômetros.” (COSTA, 1982: 158)

Correia Pinto, que chegou em 22/11/1766, não foi o primeiro a avistar as terras do planalto: tropeiros, alguns fazendeiros e índios das tribos Xokleng e Kaingang, os bugres, já viviam por ali. O contato inicial não se deu de forma amistosa, cordial e gentil:

“O contato foi conflituoso, (...) a velha estrada continuamente atacada pelos bugres – botocudos e os kaingangs que habitavam o planalto. (...) A população de origem portuguesa aumentou, mas nenhum contato pacífico foi registrado com os silvícolas. A região apresentava dois povos que se exterminavam. O homem branco, dotado de armas que a civilização lhe dava, passou a caçar o bugre na mata em que se escondia.” (PELUSO JÚNIOR, 1991: 42)

Mesmo tendo passado duzentos e setenta e seis anos da presença portuguesa no Brasil, a mentalidade dos pioneiros de Lages era a mesma dos primeiros portugueses que chegaram às terras brasileiras: agiam de forma violenta, para assegurar para si um espaço ocupado por outros. Tratava-se de uma agressão mútua entre os dois grupos. Além disso, havia grandes diferenças culturais, pois ambos estavam em estágios distantes entre si: enquanto os índios caçavam e coletavam para as suas necessidades diárias, os bandeirantes queriam a posse

dessas áreas. Os índios, para defenderem-se, também atacavam constantemente os bandeirantes e até mesmo os tropeiros:

“De 1766 até que terminaram as feiras de Sorocaba, por volta de 1850, foi o predomínio econômico do vendedor de mulas e cavalos (...) viajava durante meses, com longas paradas para invernar e outras para domar a animalada xucra – que era a totalidade – até atingir a famosa Vila Paulistana, centro redistribuidor de tropas.” (COSTA, 1982: 151)

2.2 Aspectos Econômicos

A conquista e a posse da região acontecem através da doação de sesmarias, o que resulta numa ocupação sob forma de latifúndio. O clima é subtropical, associando-se a campos e florestas de araucária, fatores que fazem com que a região tenha suas peculiaridades no que diz respeito à ocupação e à exploração econômica. A propriedade da terra foi consolidada com a Lei da Terra de 1850, depois com a Lei de 1893, que legitimava o fazendeiro como proprietário, expulsando de fato e de direito os posseiros (MUNARIN, 1990). A atividade econômica característica da região foi a criação de gado, cujo auge foi até os anos 1920; posteriormente aconteceu a exploração da madeira, até os anos 1960. As características de relevo, com predomínio dos campos, tornaram a região propícia para o desenvolvimento dos grandes latifúndios e da pecuária, sendo que a lida com o gado era trabalho para os caboclos (peões), que praticavam a agricultura de subsistência – roças. Mas, com a lei do final do século XIX, foram perdendo espaço para os fazendeiros.

É o surgimento de outra atividade econômica que terá grande influência sobre a região: a exploração da *Araucária angustifolia*:

“A floresta, em que surge o pinheiro associado à imbuía e, por vezes, a erva-mate, além de outras espécies menos notáveis, ocupa, evidentemente, os vales dos rios e todos os pontos que denotam a existência de umidade. Forma as matas ciliares, que nas coxilhas marcam as nascentes dos ribeirões e os seguem em estreitas galerias, a confundirem-se com as matas florestais dos grandes vales onde aqueles

ribeirões vão despejar suas águas.” (PELUSO JÚNIOR, 1991: 36)

Diante das condições favoráveis, no século XX, os italianos, vindos do Rio Grande do Sul, migram para o planalto catarinense, com o intuito de explorar a madeira. Em fins da década de 30, enfrentam muitas dificuldades, como mostra o Jornal Guia Serrano: “As dificuldades que surgiram foram pela deficiência de transporte e pelas dificuldades de navegação, consequência da Guerra Européia.” (21/11/40) Essa condição acontece no início, porém, gradativamente, criam-se as condições concretas para melhoria do cotidiano que se organizava: com o fim da guerra e a abertura da BR 116 e construção de ferrovias, há uma reversão no que, anteriormente, constituía-se como adversidade.

Entre 1946 e 1960, Lages vive o auge da exploração da madeira, o que a coloca como um dos maiores centros econômicos do Brasil: “A indústria surgiu vertiginosa, principalmente no campo da extração. Lages é a metrópole da madeira” (Correio Lageano, 11/08/1951). Na década de 50, “(...) Santa Catarina, concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil; desta porcentagem, a maior parte cabia a Lages (...)” (COSTA, 1982: 914, v.3)

A década de 50 privilegiou o crescimento econômico em curto prazo, mediante a modernização dos meios de produção, exploração dos recursos minerais e agropecuários, voltados para a exportação, causando danos ao meio ambiente (MONOSOWSKI, 1989). No Brasil, talvez o símbolo desse modelo tenha sido o Governo de Juscelino Kubitschek, cujo lema era “cinquenta anos em cinco.”

Uma afirmação da época reflete bem a mentalidade do período – e por que não dizer de hoje ainda – com relação aos recursos naturais: “(...) que a madeira, na floresta nativa, é uma riqueza nacional que é mister aproveitar, tem de concluir que é forçoso desmatar agora para reflorestar depois.” (Guia Serrano, 07/12/1939) No entanto, só a primeira etapa aconteceu – o desmatamento – e continua acontecendo com relação às reservas de *Araucária angustifolia*. Passados mais de 60 anos, a segunda fase, do reflorestamento, ainda não ocorreu.

Houve uma grande mudança tanto nas relações econômicas quanto nas relações sociais. O ex-peão de fazenda passa a ser operário assalariado no novo contexto, e Lages toma uma nova configuração: antes predominava a vida rural em torno dos latifúndios e as relações

eram de compadrio; agora as relações são ainda de dependência, mas do madeireiro, e a vida desenrola-se nas vilas, próximas às madeireiras.

Anteriormente, as atividades estavam associadas ao setor primário, à pecuária e à extração vegetal (araucária). Lages passou por um rápido período de crescimento econômico, mas os madeireiros preocupavam-se apenas em explorar a região de forma predatória, visando apenas ao lucro. Aconteceu um breve período de euforia, mas os lucros obtidos não eram investidos na região. A partir dos anos 60, quando começa o declínio das atividades associadas a esse setor, os madeireiros partem em busca de outros lugares do Brasil para continuar sua ação predatória.

A destruição da *Araucária angustifolia* ocorreu para satisfazer a indústria extrativa. No lugar dela, plantam-se outras espécies, com frequência pinheiros – europeus ou norte-americanos –, de maior valor econômico. Por isso alteram-se as condições ecológicas de imensas áreas, colocando em perigo muitas espécies de plantas e animais, habitualmente associados com a araucária (DORST, 1973).

O planalto transforma-se, assim, numa região que, em função de suas características econômicas e da indústria de exploração da madeira, não tem grande desenvolvimento e ainda procura alternativas para melhorar as condições de vida de sua população. Entre os anos 50 e 70, instalam-se, em Otacílio Costa e Correia Pinto, as indústrias de papel e celulose, de capital externo, para explorar o *Pinus iliotis*.

No ano de 1999, foi discutida a criação de uma ZPF (Zona de Processamento Florestal), pois ainda hoje a região conserva atividades relacionadas com a madeira, que é extraída e enviada para outros lugares para ser transformada. Com a ZPF, haveria incentivo para que se fizesse a transformação em móveis, por exemplo, na região de extração, porém esse projeto esbarra na falta de mão-de-obra qualificada, pois não há um investimento significativo em pessoal.

A população de Lages, na década de 80, era de 155.293 habitantes, e hoje são apenas 1113 habitantes a mais. O baixo crescimento pode ter as seguintes explicações: Otacílio Costa e Correia Pinto emanciparam-se entre 1980-82, e, entre 1991-96, o mesmo aconteceu com Bocaina do Sul, Painel e Capão Alto; há ainda a tendência de as pessoas que saem para

estudar, dificilmente retornarem; muitas outras saem em busca de trabalho, devido às poucas oportunidades oferecidas.

Com o acentuado processo de urbanização das últimas décadas, Lages, como outras cidades sem o mínimo de estrutura para acolher o novo contingente populacional, passa por um processo de periferização: são habitações em condições precaríssimas, e um grande número de pessoas não têm acesso a saneamento básico, calçamento e, em alguns casos, não há iluminação pública, sem falar no acesso à escola e à saúde. Enfim, não há as condições mínimas necessárias à sobrevivência. Podemos citar como exemplo os bairros Gralha Azul, Novo Milênio, Cristal e Novo Tempo.

Já as atividades ligadas à indústria e à construção civil ficam em torno de 30%, porque não se aplica nem no processo de industrialização, nem na qualificação de pessoal. E como Lages faz parte de uma região pobre em relação às demais do Estado, a construção civil está direcionada a uma camada de maior poder aquisitivo.

Na verdade, a grande maioria da população, em torno de 60%, está ligada às atividades do setor terciário, através do comércio e da prestação de serviços ligados aos transportes e à administração pública. (Censo 1991). O setor que vem ganhando força desde a última década é o turismo rural, que associa lazer e preservação do meio. Fazendas que estão sem perspectiva de atividade ou com suas atividades estagnadas vislumbram alguma possibilidade, adaptando-se para serem abertas ao público. Durante o período de férias ou em feriados prolongados, há uma grande procura, principalmente por turistas de outras partes do Brasil. Ainda quanto ao lazer, a Festa do Pinhão atrai anualmente um grande público, em razão da divulgação da região, feita principalmente pela SERRATUR.

2.3 Aspectos Políticos

O município, ao longo do seu processo de formação, recebeu forte influência da herança cultural deixada pelos fazendeiros. Por influência causa dela, havia na região uma relação chamada de compadrio. O fazendeiro era chamado de coronel, de padrinho, e tinha compromisso com os afilhados, e estes tinham a obrigação de respeitá-lo e segui-lo. Essa relação amenizava as diferenças sociais e econômicas existentes. Ainda hoje, principalmente

entre as pessoas do interior, há uma relação de dependência e de compromisso, especialmente em relação à classe política.

As relações sociais que se estabeleceram tornaram favorável a formação de uma elite política local, com forte influência no Estado e no Brasil. Entre os anos de 1930-1972, a região sofreu forte influência dos Ramos, com seus prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais, senador, presidente da Câmara e da República. Por isso Lages tornou-se sede de oligarquias, influenciando poderosamente na política do Estado, que, por sua vez, não lhe deu retorno sob forma de investimentos para o desenvolvimento regional. Até hoje Lages não conseguiu a conclusão da BR 282, embora seja esta uma luta centenária. A respeito o escritor comenta: “E deveriam existir, certamente, obstáculos intransponíveis, para que das oito décadas em apreço o Governo do Estado fosse ocupado durante a metade do tempo (37 anos) por lageanos e a estrada permanecer a mesma que existia no fim do século passado (XIX).” COSTA (1982: 214) Esse fato tem um caráter contraditório, pois a região é de grande representação política, mas não alcança mudanças e melhorias através do desenvolvimento econômico. Somente em 1972, com a eleição de Juarez Furtado, encerra-se uma fase da história política da região (v. subtítulo 2.2.2, adiante).

Atualmente, Lages tem representação política estadual e federal, mas a região permanece isolada. O desenvolvimento é característica de outras regiões catarinenses; Lages teve alguns momentos de crescimento, mas que não resultaram em mudanças das condições de vida da maioria da população.

2.4 O Município e as relações estabelecidas

2.4.1 Sobre o Poder Local e sua ação na esfera ambiental

O Brasil tem, hoje, 5.507 municípios (CEPAM), cabendo-lhes grande responsabilidade, pois é em seu interior que existe a possibilidade de atender as peculiaridades e as questões que fazem parte do seu cotidiano: “É no plano local que as políticas de saúde, educação, esporte e cultura, meio ambiente e outras podem ser articuladas em dinâmicas sinérgicas em torno da

qualidade de vida do cidadão. É também no plano local, onde os diversos atores sociais se conhecem, que as parcerias podem ser organizadas de maneira mais flexível.” (DOWBOR, 1998: 20)

O Município, com a Constituição de 1988, conquistou mais autonomia, mas aumentaram suas competências. Intensificou-se o processo de municipalização das políticas públicas em todos os setores. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não só no município, mas nas demais instâncias, os representantes eleitos respondem por suas ações, principalmente se gastarem além das possibilidades:

“A gestão local supõe responsabilidade por parte dos gestores (prefeito) e seus assessores: – O prefeito, além de ser promotor da oferta de serviços públicos com efetividade, passa a assumir o papel de promotor do desenvolvimento local, articulando os atores sociais para melhoria da qualidade de vida do município: a geração de empregos. O prefeito e demais representantes do Executivo têm a responsabilidade de atrair investimentos para a Cidade, não por competições desleais que lesam o Poder Público, como foi o caso dos Incentivos Fiscais, para instalação de empresas e que está sendo revisto pelo próprio governo, mas com projetos que de fato levem o Município a encontrar alternativas. – Aumento da concorrência entre as cidades, oferecendo vantagens para atrair investimentos e turistas. – Necessidade de lidar com a complexidade tecnológica. – Recuperação da capacidade de investimento com recursos do próprio município. – Criação de mecanismos de participação da comunidade na gestão do município, criando espaços que possam abrigar críticas, anseios, opiniões, e o exercício do controle social.” (CAMPAGNONE, 1999: 26)

MARTINS & LUQUE (1999: 79-80), acrescentam:

“A amplitude dos problemas sociais espalhados por todas as regiões requer que as instituições públicas estejam plenamente aparelhadas para organizar um conjunto de políticas públicas que permita produzir processo de desenvolvimento econômico com melhor distribuição da renda. A ação adequada depende de inúmeros fatores: objetivos claros e definidos, estruturas sociais compatíveis com os

objetivos, funcionários qualificados e recursos adequados para custeio de máquinas e investimentos.”

Os governos cujo partido ocupa as mais diversas esferas têm uma facilidade maior de angariar recursos, mas mesmo assim necessitam de representatividade nessas instâncias, de projetos e do respaldo da população, que deve atuar constantemente, através das diversas instâncias, no caso, os diversos conselhos. Além da participação da população, é necessário que ela seja ouvida e represente toda comunidade, pois as decisões tomadas devem ser repassadas para a comunidade, a fim de que saiba o que está ocorrendo.

“Uma nova concepção de processo de desenvolvimento social precisa ser centrada no cidadão e em suas necessidades e na desigualdade no atendimento a essas necessidades.” (WESTPHAL & ZÍGLIO, 1999: 114) Consideradas apenas essas questões, a área social emerge como uma das mais necessitadas, e o Município pode minimizar os problemas nessa área, até porque não é possível criar justiça social de um dia para o outro e por decreto.

“A noção de sustentabilidade implica na necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.” (JACOBI, 1999: 180) Sendo que o desafio ambiental deve levar em conta ações que levem à consciência ambiental dos cidadãos, a partir de um intenso trabalho de educação. A reciclagem de diversos materiais, gerando renda, traz benefícios ambientais e sociais, possibilitando a integração social das pessoas marginalizadas:

“O grande desafio que se coloca é, por um lado, gerar empregos com práticas sustentáveis e, por outro, fazer crescer o nível de consciência ambiental, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente nos processos decisórios como meio de estabelecer a sua co-responsabilidade na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação ambiental.” (JACOBI, 1999: 183)

A necessidade de políticas públicas, leis, recursos, técnicos, pesquisas, tecnologias, do global para o local e vice-versa são questões que perpassam as mais diversas esferas, e em cada uma delas as responsabilidades precisam ser assumidas, para que os problemas sejam resolvidos.

“Tudo o que puder ser feito pela comunidade menor não deve ser feito por um organismo de nível superior; o Poder Público deve intervir só e sempre que for necessária a sua atuação: nem Estado Mínimo, nem Estado Máximo; tudo que puder ser feito pelo município, deve ser feito por ele, não pelo Estado, nem pelo Governo Federal.” (MONTORO, 1999: 298) Da mesma forma, os governos estaduais e federal têm suas atribuições que não podem ficar por conta do Município, enquanto há atribuições relativas à questão ambiental que são da competência do Município, por exemplo, cabe ao poder municipal dar uma solução para o lixo, a poluição do ar, dos rios e promover a educação ambiental.

O processo de colocar o governo mais perto do povo e, assim, torná-lo mais participativo, é competência de cada representante eleito, com seus projetos políticos. A democracia deve ser participativa e não apenas representativa – eletiva. Até porque esses representantes não podem atuar sem manter o respaldo popular. A participação da população pode acontecer das mais diversas formas, em vários espaços, e envolver de vizinhos a partido político:

- Local: associações de moradores, grupos de família, centros comunitário, através de cursos;
- No trabalho: movimento sindical e as diversas formas de participação do empregado na empresa;
- Saúde e educação: conselhos com ampla participação, os CPPs e os clubes de mães, nas escolas. Para os alunos há o espaço dos Grêmios Estudantis;
- Político: os partidos.

Existem ainda outras possibilidades de participar de outros movimentos e associações em nível municipal: “(...) a descentralização não significa apenas transferir atribuições, de forma a garantir eficiência, mas é vista sobretudo como redistribuição de poder (...)” (FARAH, 1999: 331)

A importância da participação do cidadão na formulação, implementação e no controle e avaliação das políticas públicas vem crescendo desde o início dos anos 90, com sua presença em conselhos de saúde, educação e na própria escola. Existem ainda outras atividades envolvendo a comunidade não no sentido da avaliação, mas da participação em atividades oferecidas. Em Lages, houve o Circo da Cidade, coordenado pela Secretaria da

Educação e Cultura. Tal como os circos verdadeiros, durante a gestão de Fernando Agustini o Circo da Cidade acontecia embaixo de uma grande lona, permanecendo instalado num determinado bairro por alguns dias. Durante o dia, propiciava à comunidade os mais diversos cursos, e à noite, atividades de lazer, através de apresentações.

Os Municípios necessitam de projeto claros, que o percebam na sua totalidade. Por isso a importância da elaboração da Agenda 21 em nível local e regional, para o incremento de ações, “(...) com a integração de projetos de desenvolvimento; levar à participação dos interessados; ouvir e saber ouvir; promover seminários temáticos entre interessados; promover integração e parceria; promover o diálogo entre o setor público, sociedade civil e empresários; identificar projetos de desenvolvimento em andamento.” (CORDAMANI, 1997: 233) Para que a Agenda surta efeito, é preciso haver uma discussão ampla entre os diversos movimentos existentes em nível local, devendo partir das comunidades para a cidade e vice-versa, sempre com retorno, para se saber o que deve ser implementado em relação ao meio ambiente.

Além disso, a Agenda Local deve contemplar questões que levem em conta o desenvolvimento local. Para tanto devem ser criados fóruns civis e conselhos que executem as tarefas. Os Municípios devem:

“Relacionar os problemas ambientais e de desenvolvimento urgentes, levando em conta a economia; Identificar potencialidades locais para solucionar problemas (conservar energia, água e outros recursos, reciclagem); Parcerias para o ecodesenvolvimento local, mobilizando autoridades locais, empresas, instituições de ensino e pesquisa – inclusive escolas de 1º e 2º graus, sociedade civil (associações – povo em geral, campanhas veiculadas: mídia, escolas, treinamentos profissionais em fábricas, universidades abertas, voltadas para a temática ambiental, etc.); Pacotes de políticas públicas para estimular estratégias de ecodesenvolvimento.” (SACHS, 1993: 25)

2.2.2 Histórico dos partidos políticos que compuseram a Frente Popular

Diante do grande número de partidos que atualmente compõem a história política do Brasil, e por estarmos trabalhando um período que compreende oito anos da história política de Lages, optamos por caracterizar apenas os partidos que se integraram à Frente Popular: PMDB, PDT, PT e PSDB.

1. PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro): na prática, o MDB foi o grande representante das oposições. O mesmo foi surgido durante o Regime Militar, houve a extinção dos partidos, surgindo o bipartidarismo, a ARENA(governo) e MDB(oposição). Mesmo que, em muitos momentos, tenha tido uma ação limitada, ele representava a expectativa de mudança. Costumava-se caracterizar a ARENA como o “partido do sim” e o MDB como o “partido do sim, senhor”, pois, em muitos momentos, foi até conivente com o sistema, já que, ao mesmo tempo em que se organizou como um instrumento de luta, era também um filho da ditadura, mas nem por isso deixava de se rebelar. Com o fim do governo militar, o PMDB(desde 1981), através do voto direto nas eleições de 1986, passou a governar 22, dos 23 estados brasileiros, transformando-se no grande representante do povo brasileiro. Tratava-se de um partido popular, considerado democrático.

Segundo CHACON (1998: 603), tinha como princípios básicos: “(...) compromisso fundamental com a democracia; expressão política da maioria da população brasileira, oprimida pelo regime militar e explorada por um sistema econômico para a satisfação de uma pequena minoria; defenderá intransigentemente o interesse nacional; partido das massas, que, além da representação parlamentar, moverá implacável combate contra a corrupção.”

Com relação á industrialização, defende o crescimento, sem que isso signifique destruir e que acumular não signifique necessariamente depredar. Tem o compromisso de apoiar a criação de organizações capazes de defender o meio ambiente em nível local e, junto à população, preservar o patrimônio natural e a qualidade de vida. Sua personalidade símbolo é Ulisses Guimarães.

Lages tem uma longa história de governos oligárquicos, destacando-se as famílias Ramos e Costa. Porém, a partir de 1973, o município toma um novo rumo, quando Juarez Furtado vence as eleições pelo MDB. Estabelece-se, a partir de então, um novo estilo de

governar: as oligarquias dão lugar ao populismo, agora com um profissional liberal no poder, e não mais um “coronel.”

Em 1977, assume a prefeitura Dirceu Carneiro, também pelo MDB, com o lema “ A Força do Povo”. Seu período de governo teve grande repercussão no país, devido às práticas democráticas empreendidas, que incentivava fortemente a participação popular pelas mais diversas organizações, como associações de moradores ou APPs (Associação de Pais e Professores). São realizados mutirões para construir casas para as famílias carentes e é incentivada a organização dos pequenos produtores rurais. Acontece, enfim, uma busca de alternativas, como foi o caso das hortas comunitárias, mostras do campo, dentre outras.

Juarez Furtado e Dirceu Carneiro foram lideranças de grande expressão e influência no planalto catarinense até final dos anos 80. O primeiro, posteriormente, foi eleito deputado estadual e o segundo, senador. Porém, durante a década de 90, ambos perderam parte da expressão política, pois deixaram de integrar o PMDB. O primeiro está no PTB e o segundo, no PSDB. Apesar de toda uma história que ambos ajudaram a construir, perderam completamente a expressão e a influência política na região.

2. PDT (Partido Democrático Trabalhista): Surgiu em 1980, fundamenta-se na consciência democrática e nas lutas do trabalhismo brasileiro. Defende a democracia, o nacionalismo e o socialismo. Também propõe um projeto alternativo de sociedade, ancorada em pontos como “(...) direitos democráticos e sociais, direito à participação, direito a auto-organizar-se e o direito a combater todas as práticas e doutrinas que discriminem brasileiros ou não.” (CHACON, 1998) Sua personalidade símbolo é Leonel Brizola.

O PDT foi fundado, em Lages, no início dos anos 90, por pessoas que não estavam diretamente ligadas a partidos políticos, e também pelos descontentes com o PFL, como foram os casos de Fernando Agustini e Décio Ribeiro. Durante os dois períodos de suas gestões, o partido manteve a hegemonia sobre os demais integrados à Frente Popular. As secretarias de Educação, de Saúde e de Obras sempre foram ocupadas por pessoas ligadas ao PDT. A relevância não está na quantidade, mas no fato de as três se revestirem de muita importância política, já que estão diretamente ligadas ao atendimento à população. No Legislativo, o PDT também detinha o comando dentro da Frente, por ter o maior número de vereadores entre os partidos ligados à Frente Popular.

3. PT (Partido dos Trabalhadores): surgiu em 1979, entre os metalúrgicos de São Paulo, quando a democracia já estava restabelecida. Além dos metalúrgicos, já no seu nascimento, o PT envolveu também trabalhadores ligados ao comércio, serviços, funcionários públicos, autônomos, camponeses, moradores da periferia. Seu objetivo é a organização em defesa dos seus interesses dos trabalhadores, exigindo melhores condições de salário e de trabalho. Lula, por ser um dos fundadores do partido em 1979, tem uma grande expressão.

Seu plano de ação inclui a “(...) liberdade de organização partidária e sindical, desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, combate à política salarial, luta por melhores condições de vida, reforma agrária, independência nacional, apoio dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios.” (CHACON, 1998: 718)

Nos dois governos da Frente Popular, é possível afirmar que o PT teve uma participação tímida. O destaque encontra-se no fato de ter estado à frente da Secretaria do Meio Ambiente nas duas administrações. Na primeira, teve um papel expressivo na estruturação desse órgão, o que não aconteceu na segunda, quando deixou a desejar quer pela falta de recursos, quer pelo abandono a que a secretaria esteve submetida, mas principalmente por ter faltado ao partido coerência política, uma vez que fez opção por cargos e não por uma proposta política. Talvez, entre os partidos integrantes da administração da Frente Popular na última eleição, em 2000, o PT tenha sido quem levou literalmente um “não” nas urnas. Perdeu o único representante que tinha no Legislativo, recebendo menos votos que na eleição anterior.

4. PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira): Surgiu em 1988, durante a elaboração da Constituição do Brasil, de uma dissidência do PMDB. Tem como diretrizes básicas a democracia, o parlamentarismo, a justiça e seguridade sociais, o crescimento econômico com distribuição de renda, a reforma agrária e a política agrícola, a reforma do sistema financeiro e a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Na gestão Décio Ribeiro, o PSDB ocupou o cargo de vice-prefeito, exercido por Teresinha Carneiro, mulher de grande expressão em nível local não pelo fato de ser mulher do ex-prefeito e ex-senador Dirceu Carneiro, mas pela sua destacada participação na elaboração da Constituição de 88 e pelo empenho na articulação para enviar propostas populares à Constituinte. Ainda que ela reunisse uma série de atributos, não escapou da condição histórica

dos vices ficarem em segundo plano. Terezinha sofreu oposição ferrenha de Décio Ribeiro, tanto que o PSDB deixou o governo da Frente antes do final do mandato, embora ela mesma não tenha deixado o cargo, “porque era um mandato a ela atribuído pelo povo e não pelo prefeito.”

Para concorrer às eleições de 1992, a oposição juntou forças contra o então prefeito Paulo Duarte, pois o município era governado há duas legislaturas pelo mesmo partido e historicamente, em Lages, um partido ou uma frente não governa por mais de duas legislaturas seguidas. Articulou-se, então, uma oposição de caráter popular, envolvendo os partidos citados anteriormente. Itamar Franco era o presidente da República e Pedro Ivo Campos, do PMDB, governador de Santa Catarina. Ambos eram, teoricamente, aliados da Frente, que venceu as eleições daquele ano em Lages, apresentando uma proposta democrática de participação popular. Posteriormente, devido a desavenças internas e de mudança nos governos estadual e federal, mas também por falta de articulação, a região passou a receber recursos mínimos. No final do governo, a Frente Popular viveu momentos críticos por falta de dinheiro, de vontade política, mas acima de tudo por falta de competência das principais lideranças e dos partidos que a compunham.

2.2.3 Inovações na Gestão 93-96 – Frente Popular

Em 1992, Fernando Agustini venceu as eleições por ter uma proposta popular e por ser uma pessoa popular, uma vez que é médico e atendia, num pronto-socorro, à população carente. As propostas de sua campanha previam a participação da população, inclusive no gerenciamento de recursos, através do orçamento participativo. Após a eleição, de fato, a população envolveu-se nas decisões diretas com respeito ao bairro e na elaboração do orçamento participativo. As associações de moradores dos diversos bairros eram convidadas a participar para elencar suas prioridades, que, posteriormente, passavam a ser trabalhadas.

Na educação, é elaborado o projeto Educação, de cunho sócio-interacionista, com capacitação constante e continuada dos professores nas diversas áreas do conhecimento, o que era feito pela Editora Módulo, de Curitiba, e pela UNIPLAC. Todo esse suporte técnico dado ao professor visava tornar o aluno um agente que construísse seu próprio conhecimento. A

educação se concretizou com uma das áreas de maior avanço durante a primeira gestão da Frente Popular.

Mas, sem dúvida, a área que surgiu e teve grande impulso, foi a do meio ambiente, em decorrência da Constituição de 88 e da ECO-92 e do fato de a Frente Popular, vê-la como prioridade. Foi criada a Secretaria do Meio Ambiente, em 1993, cujo objetivo era promover a conscientização ambiental não só em nível de Poder Público Municipal, mas também da população. Isso caracterizou um marco na questão ambiental e, posteriormente, desencadeou várias atividades, dentre elas o programa “Lixo que Tem Valor”, no mesmo ano. Tal programa privilegiava a educação ambiental, a preservação do meio, a diminuição da quantidade de lixo nos bairros e o aumento do orçamento familiar. As pessoas eram incentivadas a juntar o lixo reciclado que, posteriormente, era trocado por alimento ou material escolar. Na época, especialmente as comunidades carentes envolveram-se com o programa, que alcançou repercussão nacional.

Em 1996, foi construído o Centro de Educação Ambiental Aline Giovana Schimitt, com apoio do Unibanco e do Rotary Club Lages Norte. Seu objetivo era ser um ponto de apoio para viabilizar atividades que desenvolvessem a consciência individual e coletiva através de cursos, encontros, seminários, palestras e debates. Posteriormente, e já estruturado, foi montada uma equipe para trabalhar a consciência ambiental tanto nas escolas bem como junto à população em geral. Realizaram-se encontros com palestras, exposições e outras atividades, envolvendo crianças e adultos. As escolas das redes municipal, estadual e particular participavam intensamente dessas atividades de educação ambiental.

Ainda em 1996, o Poder Público Municipal adquiriu uma área de 234 hectares e com cerca de 8000 araucárias adultas, algumas com mais de 30 metros de altura, porque “de acordo com a OMS, cada habitante de uma cidade deveria ter no mínimo 18m² de área verde” (Informativo da Administração Municipal de Lages, julho de 1999). Esta área foi transformada no Parque Ecológico João José Teodoro da Costa Neto. Em Lages, ele, sozinho, equivale a 15m² de área verde por habitante e é ponto de referência e de estudos da flora e da fauna regionais. Dentro do Parque existem trilhas ecológicas com orientações para a visitação pública. Além de objetivar a preservação da fauna (168 espécies) e da flora (98 espécies), em especial das araucárias, propicia a educação ambiental associada à preservação, ao lazer e à contemplação da natureza.

Na gestão Fernando Agustini também criaram-se áreas de preservação permanente, como a próxima ao Parque Ecológico, a do Morro Grande, dentre outras. Preocupado com a qualidade de vida da população, o Município adquiriu uma área próxima à UNIPLAC, para abrigar o futuro Parque da Cidade – uma área de lazer.

Na mesma linha de ação, o Poder Público Municipal comprou terras onde seria instalado o aterro sanitário (no local do antigo autódromo). Segundo o ex-prefeito AGUSTINI, a FATMA, na época, deu um parecer informal avaliando a área como adequada. Posteriormente, pela pressão dos moradores próximos, a FATMA mudou de posição e deu parecer contrário, impedindo, assim, a construção do aterro sanitário.

É evidente, portanto, que num primeiro momento do governo da Frente Popular, o Poder Público Municipal deu o suporte necessário para que de fato fosse iniciado um trabalho de conscientização ambiental. Pela relevância que as questões locais vêm adquirindo nas últimas décadas e porque a possibilidade de mudança de imediato pode ser implementada no Município, Lages teve um destaque em especial. Outro motivo é a necessidade de produção científica a respeito da região, da qual Lages ainda é muito carente. Neste aspecto, saliente-se, mais uma vez, o papel da Universidade no desenvolvimento local e também na produção científica, através dos acadêmicos dos cursos de graduação e, principalmente, dos de pós-graduação. A seguir, trabalharemos nosso estudo de caso: como o Poder Público Municipal tratou das questões ambientais, durante a gestão Décio Ribeiro – 1997-2000.

CAPÍTULO III

QUESTÕES AMBIENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS

3 QUESTÕES AMBIENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS

3.1 Questões Ambientais

Nesse capítulo objetivamos salientar a relação estabelecida entre o Poder Público Municipal e as questões ambientais, mais especificamente para destacar a forma como o PPM vem tratando as problemáticas ambientais mais evidentes. Para isso, fizemos uma pesquisa documental no jornal Correio Lageano, de circulação regional, com o intuito de sistematizar o perfil dos enfoques dados às questões ligadas ao meio ambiente durante a gestão Décio Ribeiro (1997-2000), eleito pela Frente Popular. Foram levadas em consideração as questões mais citadas, tendo-se destacado o problema do lixo e dos loteamentos. Estas questões ganharam maior evidência devido à relevância que receberam e que ainda recebem. E questões dessa natureza são competência do PPM (Poder Público Municipal) e interferem diretamente sobre o meio ambiente. Para compreendermos esta questão, faz-se necessário analisar, inicialmente, a proposta de campanha e o seu desenvolvimento posterior.

3.1.1 Propostas de campanha do candidato Décio Ribeiro

A campanha eleitoral para prefeito de Lages, em 1996, encontrava-se pautada na continuidade da gestão que findava, e o candidato Décio Ribeiro recebeu o apoio incondicional de Fernando Agustini, em fim de mandato. Décio deixara a Assembléia Legislativa, onde desenvolvia um trabalho expressivo, para concorrer à prefeitura. Eleito, ficou difícil, no início, diferenciar uma e outra gestão, pois a mudança parecia envolver

apenas a pessoa do prefeito e do vice, tamanha foi a continuidade, principalmente no primeiro escalão. Por isso, a segunda gestão da Frente Popular encontrou dificuldades em adquirir sua própria identidade, e poucas mudanças de fato aconteceram que permitissem caracterizar uma nova administração. Na Secretaria de Meio Ambiente, saiu Júlio Borba, militante do PT e ecologista, para a entrada de Otacílio de Liz e Silva outro militante do PT, ligado à área da construção civil, o que, num primeiro momento, parecia garantir a continuidade das medidas implementadas anteriormente.

A seguir elencamos as propostas da área ambiental apresentadas para a segunda gestão da Frente Popular:

“- É necessário fortalecer a opinião pública na causa ambientalista. A qualidade de vida exige esforço de governos comprometidos com a maioria da população. ”

“- Implantação da reciclagem do lixo urbano: manutenção do programa “Lixo que tem valor” e implantação da reciclagem do lixo através da esteira de catação no futuro aterro. ”

“- Implantação e manutenção do futuro aterro sanitário. ”

“- Recuperação do lixão: cobertura de toda área atingida e usar a área no futuro para o horto municipal. ”

“- Legislação Ambiental mais rígida: revisar leis, visando à identificação de fontes poluidoras. ”

“- Manutenção do programa de coleta seletiva “Lixo que tem valor”: a partir da Educação Ambiental, incentivar a coleta seletiva na cidade, garantindo a sua realização. ”

“- Proteção do manancial do rio Caveiras e identificação de fontes poluidoras: Conscientizar a comunidade através da escola sobre a importância da preservação do rio Caveiras. ”

“- Educação Ambiental com uso de instrumentos audiovisuais e produção de material didático-pedagógico: produzir vídeos de educação ambiental, formando uma videoteca, construir material didático-pedagógico e disponibilizá-lo para escolas e comunidade em geral, produzir ou publicar informativos referentes ao município. ”

“- Proteção da fauna e flora: será intensificado o projeto de proteção das espécies raras ou ameaçadas de extinção, como a *Araucária angustifolia* e a fauna regional (gralha azul, tatu, pacas e bugios). ”

“- Desenvolver projetos de pesquisa no CEAL: desenvolver projetos de pesquisa junto à comunidade, de acordo com a necessidade desta, como a reintrodução de animais silvestres no Parque Ecológico. ”

“- Dinamizar o Parque Ecológico, através de projetos específicos: elaborar plano de manejo, propiciando recursos básicos para a equipe concluir o Projeto de Pesquisa Científica firmado com o FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente), que possibilitará a criação de um banco de dados ambientais na região; incentivar o ecoturismo na região.”

“- Apoiar projetos de iniciativa popular que visem à recuperação e/ou preservação ambiental: dar consultoria a organizações populares interessadas em desenvolver projetos de recuperação e/ou preservação do meio ambiente.” (Programa de Governo da Frente Popular – 1997 – 2000)

3.1.2 Comentário a partir das propostas de campanha

Apenas alguns bairros receberam a implantação de um projeto piloto para a coleta seletiva do lixo. As comunidades foram envolvidas no processo e, uma vez por semana, um caminhão fazia a coleta. Porém, se nem para apenas alguns bairros a microempresa responsável dispunha de recursos suficientes para manter a coleta, imagine-se para o restante da cidade. A esteira de catação foi adquirida, mas, como não havia uma nova área para implantar o futuro aterro, tentou-se construir um galpão na área onde já se encontrava o lixão, porém a FATMA impediu tal ação, por não haver autorização para o funcionamento. Este é um dos exemplos da falta de políticas públicas efetivamente claras e da desarticulação entre órgãos municipais e estaduais.

Houve várias práticas atrapalhadas com relação ao futuro aterro sanitário. Na gestão Fernando Agostini, foi adquirida uma área sem o consentimento por escrito da FATMA, e os munícipes foram lesados, porque a área adquirida ficou abandonada. Posteriormente, Otacílio de Liz e Silva chegou a declarar, na imprensa, que o município havia adquirido uma nova área, próxima a Lages, porém ela pertencia ao município vizinho de Capão Alto, que não aceitou a implantação do aterro.

A recuperação da área do lixão não foi possível porque ele não deixou de existir. Existiram algumas tentativas não de humanizar o trabalho, mas apenas de minimizar as péssimas condições de vida das pessoas que lá residiam e ainda residem. A Promotoria Pública desencadeou uma ação para retirar as crianças que deixavam de ir à escola para ajudar seus pais; além disso, suspeitava-se de que elas eram exploradas na prostituição infantil. Os

barracos foram destruídos e reconstruídos posteriormente, porque as pessoas asseguraram aquele espaço, permanecendo lá durante as 24 horas do dia.

Quanto à coleta seletiva, ela foi incentivada, a população participou, mas não foram dadas as condições necessárias para a sua continuidade. Faltou, por parte da Prefeitura, o estabelecimento de parcerias. O projeto “Lixo que tem valor”, que vinha da gestão anterior, a princípio foi mantido, mas gradativamente caiu no esquecimento.

A experiência de Educação Ambiental era feita pelo CEA, quando havia uma equipe técnica que atuava junto às escolas e fazia trabalhos de conscientização através de encontros e campanhas educativas. Mas a nova administração não produziu material audiovisual sobre o tema; os projetos e as pesquisas do CEA junto às comunidades também não foram realizados, já que a equipe havia sido desfeita.

Quanto ao Parque Ecológico, ele só não ficou abandonado porque a coordenadora utilizava, além dos escassos recursos oriundos da Prefeitura, recursos próprios para adquirir alimentos para os animais e para os caseiros. Havia uma proposta de mapeamento do Parque, o que não ocorreu por falta de recursos e de técnicos. Por causa do DNER, que tem o domínio da área, também não foi construída a cerca necessária para proteção dos animais, que constantemente são atropelados, uma vez que o Parque ocupa os dois lados da BR 116. Dada a importância do Parque, deveria haver uma pessoa não apenas em horário comercial para atender alunos e turistas, mas também nos finais de semana, para atender a própria comunidade. Além disso, os projetos de iniciativa popular também não receberam apoio, devido à pouca participação das comunidades, bem como pela falta de pessoal.

Quanto aos loteamentos, nos informativos distribuídos pela Prefeitura durante o governo da Frente apareciam informações nem sempre condizentes com a realidade. Dizia-se que tinham infra-estrutura – Cristal, Gralha Azul e Novo Tempo (Informativo da Administração Municipal de Lages, julho de 1999). Mas basta uma breve visita a esses bairros, hoje, para verificarmos a estrutura que ali existe: além de serem populações extremamente pobres, convivem com o lixo e o esgoto. Outro informativo refere-se à construção do aterro sanitário no lixão e à continuidade do programa “Lixo que tem valor” (Jornal da Campanha 2000 – Lages, *O Futuro é Agora*), porém tais ações, na prática, não existiram.

3.2 Matérias publicadas no *Correio Lageano* sobre meio ambiente

Passamos, agora, a tratar da pesquisa documental que fizemos no *Correio Lageano*. Este jornal é de circulação regional e tradicionalmente apoia o partido que está na Prefeitura, não tendo tradição de fazer oposição ou de seguir esta ou aquela corrente de pensamento.

Inicialmente, na tabela abaixo, apresentamos os resultados quantitativos do levantamento feito. A seguir, fazemos uma análise deles, a qual está acompanhada de trechos das entrevistas que realizamos com pessoas envolvidas nas questões tratadas pelas matérias jornalísticas.

Tabela 1 - Número de matérias sobre Meio Ambiente e sua temática, veiculadas no jornal *Correio Lageano* entre janeiro de 1997 e dezembro de 2000.

ANO	Matérias Sobre Meio Ambiente	TEMÁTICAS				
		Lixo	Loteamentos	Encontros GEAL	Parque Ecológico	Outros
1997	38	14	04	06	04	10
1998	18	10	03	02	-	03
1999	35	19	03	01	03	09
2000	22	17	01	-	-	04
TOTAL	113	60	11	09	07	26
Percentual	100	53,2	9,7	7,9	6,2	23

3.2.1 Lixo

Durante o período de realização da pesquisa, mereceram maior atenção as questões relativas ao lixo: o destino final, inclusive, local, a construção do aterro e a reciclagem.

Esta pesquisa tornou possível a constatação, ao mesmo tempo, da importância e da gravidade da questão lixo. No primeiro ano da gestão Frente Popular, entre as notícias publicadas sobre meio ambiente, 36% de matérias faziam referência ao lixo, passando para

77% no último ano dessa gestão. Pela tabela e pelas entrevistas, percebemos que a grande preocupação foi realmente com o destino final do lixo.

Durante a gestão Décio Ribeiro, a questão do lixo ocupa grande espaço na imprensa, em reportagens e entrevistas, aparecendo sempre de forma contraditória: de um lado a Prefeitura Municipal de Lages/SEMMAS (Secretaria do Meio Ambiente e Serviços) e de outro a FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente). O tratamento dispensado às questões ambientais, tanto pela secretaria quanto pelo órgão ambiental – que deveriam ter como objetivo a proteção do meio –, acontece, muitas vezes, a partir do jogo político e de interesses – mais determinantes, muitas vezes, que as questões ambientais –, o que impede a efetivação de parcerias e a realização de um trabalho eficiente.

Foi possível perceber tais contradições através da fala das autoridades. Enquanto os representantes do Poder Público Municipal afirmavam ter a área destinada ao lixão com o aval informal da FATMA, esta afirmava que não havia solicitações formais por parte da Prefeitura e que a questão era competência única e exclusiva do Município.

Além disso, o fato de Lages não dar um destino final adequado para o lixo, uma vez que não possui usina de reciclagem, não faz coleta seletiva ou aterro sanitário, gera problemas que ultrapassam o Poder Público e atingem, diretamente, a população.

O lixão localiza-se a leste do centro da cidade, próximo ao aeroporto, o que causa vários transtornos durante pousos e decolagens de aeronaves, pois é grande a presença de urubus, fato que, por si só, permite perceber que a área é inadequada para depósito de lixo, que é jogado a céu aberto. Andando pela área, observamos uma paisagem desoladora tanto pela condição de degradação ambiental (poluição do ar, rio e solo), quanto pela degradação humana (as pessoas, chamadas de catadores, vivem do que encontram ao revirarem o lixo, moram em barracos, os adultos usam as crianças). De acordo com o *Correio Lageano* de 24-25/08/97, “(...) eram em torno de 200 famílias que lá viviam.” Os barracos já foram destruídos em Agosto de 1997, com o intuito de inibir a residência permanente no local. Além disso, existia a perspectiva de se construir um galpão de reciclagem para separar e vender o lixo, o que foi acertado com a FATMA. Mas um desacordo entre os órgãos públicos impediu que isso acontecesse e, não tendo sido construído o galpão, que seria uma possibilidade de trabalho, as pessoas reconstruíram os seus barracos.

Segundo o ex-secretário SILVA, a SEMMAS ainda insistiu em construir um galpão para, pelo menos, humanizar o trabalho dos catadores, porém, sem a autorização da FATMA, aconteceu o embargo da obra:

“Novamente esbarramos nos órgãos ambientais –FATMA –, que fez uma parceria com a Promotoria Pública para impedir que instalássemos o galpão de reciclagem no antigo lixão, dizendo que, sem licença ambiental, não poderia se fazer um galpão de reciclagem, e a FATMA dizendo não... Novamente esbarrou-se na questão burocrática, de uma legalidade que não serve para nada.” (SILVA)

Dadas as diferentes posições, somos da opinião que, se o local fora questionado devido às condições já citadas, de nada adiantaria construir um galpão provisório. Seria necessário, sim, selecionar uma nova área e ali recomeçar com condições, mesmo que mínimas, de sobrevivência e decência humana, o que é impossível entre moscas e urubus, com o mau cheiro e a insalubridade do lixão.

Também é importante atentar para o fato de que as pessoas que ali vivem aguardam a chegada da noite, para aproveitar o descarregamento do lixo do centro da cidade. Segundo elas, “(...)o lixo do centro possui um percentual muito maior de material reciclável.” Quando o lixo é jogado pelos caminhões, os catadores furam os sacos e tiram o material reciclável – latas, vidros e outros objetos –, que posteriormente é vendido aos compradores que para lá se deslocam.

Dada a realidade que ali se constrói, aliada às condições desumanas e à prostituição infantil, o Conselho Tutelar e a Promotoria Pública proibiram a entrada de crianças na área, porém, como não existem cercas e nem fiscalização intensiva por parte da Prefeitura, tal medida tornou-se paliativa e pouco eficaz. Atualmente é difícil saber se as crianças freqüentam aquele local ou não, já que os trabalhadores adultos (catadores) não prestam nenhuma informação, inclusive ameaçam quem lá chega tentando fazer tal averiguação.

No decorrer das entrevistas, a questão do destino final do lixo aparece de forma contraditória, pois o Poder Público Municipal (SEMMAS), a FATMA, a Curadoria e os ambientalistas dão depoimentos em que se evidenciam ações ou concepções distintas. Isso não acontece nos depoimentos do ex-prefeito e do ex-secretário, que mantêm posições, se não exatamente iguais, muito parecidas em relação ao lixo.

O ex-prefeito, fazendo referência à necessidade do aterro, às dificuldades da burocracia imposta pela FATMA e à reação da população, afirma:

“Quando eu era prefeito, nós desapropriamos uma área para implantação do aterro sanitário, o antigo autódromo da cidade, e a FATMA deu o parecer informal de que a área era adequada. Há uma relutância da FATMA em dar pareceres formais. O que me parece é que, se pedir uma área, ela não diz que essa área é adequada. Dentre as restrições que eles colocam, às vezes acaba inviabilizando qualquer projeto; houve reação da população próxima da área, e ela sempre vai existir, há uma tendência dos órgãos ambientais em ir na onda, não levando só em conta as questões técnicas. (...) Há uma resistência por parte dos órgãos competentes de Santa Catarina, por parte da FATMA, em não serem parceiros positivos, mas parceiros negativos em dizer o que não pode. Então, qualquer resistência da população, acaba impedindo. Nós desapropriamos, pagamos a área, não foi possível implantar, não por falta de recursos ou de vontade. (...) É difícil implantar um aterro sanitário, falta vontade política e disposição, mas existem dificuldades porque a própria população solicita, resiste.” (AGUSTINI)

Com relação ao aterro, o ex-secretário municipal do meio ambiente insinua que “(...) pareciam ter interesses por parte de alguns, para que o aterro não saísse e isso é percebido como a grande dívida deixada por essa administração.” (SILVA) Isso se deve ao fato de a administração estadual ser de partido contrário à atual administração e não haver realmente a preocupação em resolver de fato essa questão.

“A grande dívida foi o aterro (...) Por que não saiu? Eu tenho a impressão que em Lages tem pessoas interessadas que isso não saia, ou pelo menos que não saísse no Governo da Frente Popular. Então, eu acho que hoje o grande problema que eu vejo para ser resolvido é quanto ao destino final do lixo, por uma questão de área para ser depositado, não que faltasse vontade política da Prefeitura, acho que isso nunca faltou. Mas faltou poder do município, para tomar a decisão (...) No caso do aterro sanitário não, existe todo um processo burocrático, até muito complicado (...)” (SILVA)

Contrariando tal avaliação, o coordenador da FATMA deixa claro que faltava, por parte do Poder Público Municipal, interesse em resolver a questão. Além disso, segundo ele, trata-se de uma obra dispendiosa. Mas devemos considerar que, por não existir outro local, muitas vezes esse órgão relevou e houve um certo relaxamento do rigor com que se deveria tratar a questão.

“Com relação ao aterro municipal ou ao lixão aqui da cidade de Lages, é um assunto que vem se arrastando há muitos anos e é competência única e exclusiva do Poder Público Municipal. A legislação é bem clara: o Poder

Executivo é o responsável pelo destino adequado dos resíduos sólidos urbanos. Até a presente data não foi feito nenhum tipo de requerimento ou entrada de documento para ser implantado o aterro sanitário. A FATMA vem, ao longo desses anos, sendo bastante complacente com relação a esse assunto e com paciência com relação ao mesmo, porque existe o problema, você não pode eliminar um problema criando outro; porque se você embarga o atual lixão, não tem outro local. (...) A dificuldade está na vontade de resolver essa questão. Porque é um empreendimento em que o Poder Público Municipal precisa despende recursos, é uma obra um tanto quanto cara, porque exige estudos técnicos detalhados com relação à contaminação de lençol freático; é o custo e a vontade política de resolver a questão do lixo.” (PEREIRA)

Para intermediar a questão e pressionar a Prefeitura, foi acionada a Curadoria do Meio Ambiente, cuja finalidade é intervir nos momentos em que o meio está sendo agredido e exista a necessidade urgente de alguma resposta. Deste modo, o Poder Público Municipal foi chamado, através do Poder Judiciário, para tomar as medidas necessárias. Houve a assinatura de um termo de compromisso, através do qual a Prefeitura se comprometia em obedecer prazos para a construção do aterro:

“Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura do Município de Lages, com vistas à instalação do aterro sanitário. Etapas: apresentar junto à FATMA o EIA-RIMA; o prazo venceu em 30/10/00, mas foi prorrogado em função do tempo e dos proprietários não autorizarem a entrada dos equipamentos e só se conseguiu isso, através de um pedido judicial para entrar nos terrenos, isso dificulta o processo. A partir da entrega nos mesmos, será cobrado do município.” (FOREST)

Essa questão é percebida pelo ex-secretário como sendo a mais séria e mais urgente: “O maior problema de Lages é o lixão. É necessária e urgente a aquisição de um terreno adequado para realizar o aterro, onde o lixo possa ser enterrado diariamente, evitando a proliferação de moscas, insetos e animais peçonhentos e também dar um tratamento a esse lixo.” (BORBA)

Existem hoje muitas experiências em vários estados brasileiros que reaproveitam quase tudo que vai para o lixo e que é reciclável. O *Globo Rural* do dia 13/05/2001 veiculou uma experiência de Minas Gerais, onde o lixo é coletado sem que haja separação; posteriormente,

num galpão, os antigos catadores, trabalhando em melhores condições, separam os materiais recicláveis do lixo orgânico, para vender.

Outra experiência é a de Porto Alegre (*Correio do Povo*, 22/07/01), onde há onze anos é feita a coleta seletiva de 60 toneladas/dia de detritos, destinadas a oito unidades de triagem da capital. A cidade é considerada modelo de reciclagem para o país. Segundo Darci Campani, diretor geral do DMLU (Porto Alegre), “(...) a coleta seletiva é um programa reconhecido e aceito pela população.”

Em Santa Catarina, dos 293 municípios, apenas 44 têm coleta seletiva, e 80% do lixo vão para lixões a céu aberto, como é o caso de Lages (*Diário Catarinense*, 22/05/01). No Brasil, segundo o mesmo jornal, 95%, das 240 mil toneladas de lixo/dia, têm o mesmo destino. Outro dado que merece destaque é a quantidade de resíduos que cada pessoa produz anualmente: “(...) 90 latas de bebida, duas árvores gastas com papel, 107 garrafas ou frascos, 70 latas de alimento, 45 quilos de plástico e 10 vezes o próprio peso em refugo doméstico.” (DC, 22/05/01)

Ações como as praticadas por algumas cidades no trato do lixo doméstico não são impossíveis. Dependem de vontade política e de parcerias, tanto que em apenas seis meses da gestão Raimundo Colombo (2001-2004) já é realizada a coleta seletiva, e a Engepasa, empresa responsável pela coleta do lixo normal, adquiriu caminhões para fazer, em dias previamente definidos, a coleta seletiva.

Ao longo dos oito anos do governo da Frente Popular, pudemos perceber a oposição entre as esferas municipal e estadual, numa relação em que um procurava se sobrepor ao outro, medir forças com o outro. Com isso perderam o meio ambiente e a população lageana que, no final do século XX, ainda não têm uma área adequada para o destino final do lixo, apesar de várias tentativas para sua instalação.

Ressaltamos ainda o fato de que o período em questão foi marcado por muitos desacertos, tais como adquirir área sem a devida autorização do órgão competente (FATMA), definir área no município de Capão Alto, também sem a devida autorização dos órgãos competentes daquele município. Durante as duas gestões da Frente Popular, aparentemente, nem o Poder Público municipal nem a FATMA conseguiram fazer uso do bom senso para solucionar ou mesmo amenizar a situação.

Lamentavelmente, entre uma legislação moderna e uma prática extremamente atrasada, existe uma lacuna enorme. Percebemos assim que, por questões partidárias e até pessoais, interesses maiores acabam ficando de lado, sem que haja articulação para a solução de problemas que afetam população e meio ambiente. Exemplo disso encontra-se na postura dos diversos órgãos ambientais nas várias esferas, pois o que é aprovado por um, merece a desaprovação do outro. Tornam-se necessárias práticas eficientes com relação a essa questão, cabendo ainda à sociedade organizar-se e fazer a sua parte, aquilo que lhe compete segundo a própria Constituição.

Lages apresenta ainda diversos problemas ligados ao meio ambiente, o que fica claro nas matérias do jornal (poluição dos rios por lixo e esgoto, desmatamento) e no enfoque dos entrevistados. Porém, na questão ambiental, o destino do lixo foi o mais sério problema da Frente Popular. Possivelmente ele será resolvido pela próxima gestão, pois ficou assinado um Termo de Ajustamento de Conduta. O governo da Frente deixou uma dívida com a população lageana, até porque acabou o mandato e a solução para o lixo foi um compromisso da oposição à Frente Popular.

Mas merece destaque a tentativa da Frente Popular de trabalhar com o lixo reciclado de duas maneiras e ao mesmo tempo. O programa “Lixo que tem valor” foi implantado na primeira gestão, durante o período em que o secretário era Borba. Na segunda gestão, com o secretário Silva, o programa prosseguiu, num primeiro momento. Previa-se que o lixo reciclável seria trocado por alimento ou material escolar, beneficiando comunidades carentes. Apesar de ser um projeto de fácil aplicabilidade e de baixo custo, não teve consistência e, por falta de vontade política e de clareza, acabou. Alguns criticavam-no, porque se trocava lixo por alimentos.

Outra tentativa foi a implantação da reciclagem, através de um projeto piloto em alguns bairros da cidade: o lixo seria previamente selecionado nas residências e coletado por um veículo, para depois ser enviado para a usina de reciclagem, que o venderia para as indústrias. Tal projeto também promoveria a educação ambiental. Mas, segundo o presidente da Associação de Moradores do Bairro Petrópolis, um dos escolhidos para o projeto piloto, “O bairro foi escolhido como laboratório para a coleta seletiva do lixo (...) Então, uma empresa se propôs a fazer essa coleta, toda segunda-feira (...) Mas se durou dois meses foi muito,

simplesmente não deu certo porque a empresa que se propôs a fazer o trabalho quebrou.” (SCHÜTZ)

É inegável, portanto, que em alguns momentos o governo da Frente Popular estabeleceu propostas para proteger o meio ambiente, mas faltou dar suporte para que elas fossem implementadas. Se, no bairro Petrópolis, comprova-se a articulação entre o Poder Público e a Associação de Moradores, também fica demonstrada a falta de estrutura e de parcerias para dar condições para a efetivação da coleta seletiva de lixo.

Outra posição de crítica é manifestada por uma militante do PV VIEIRA: “Na realidade existe uma máfia do lixo, pessoas que estão tendo lucro e gostariam que a coisa continuasse desse jeito. A gente sentiu que muita coisa deixou de ser feita e não foi por falta de alerta, a questão do lixo não foi trabalhada.”

Ao se referir à “máfia”, a ecologista associa a questão do lixo ao que foi comprovado pela Promotoria: a prostituição infantil, o fato de o lixão servir como esconderijo para marginais, havendo ainda suspeita de utilização do local para o tráfico de drogas.

Enfim, durante o governo da Frente foram feitas tentativas de resolver ou mesmo amenizar o problema do lixo, mas na prática não se alcançou êxito, justamente pela descontinuidade. Faltou ao Poder Público Municipal estrutura, recursos, competência e vontade política no gerenciamento dessa questão. Faltou fazer com que as propostas de campanha saíssem do papel e fizessem parte do dia-a-dia e que as medidas recebessem a atenção e relevância merecidas.

Ao final de sua entrevista, o ex-secretário comentou “(...) que só conseguiu licença ambiental para construir o aterro, quem pagou para isso.” (SILVA) Aqui cabe questionar se tal pagamento foi para conseguir a licença ou para encaminhar todo o processo de averiguação, objetivando fazer o levantamento técnico para uma possível construção do aterro e, posteriormente, sua concretização.

3.2.2 Loteamentos

No período em estudo, os loteamentos foram manchete de várias matérias publicadas no *Correio Lageano*. O mesmo tema acha-se presente nas entrevistas, nas preocupações das comunidades e entre os ecologistas. Pela ordem, foi o segundo grande problema apontado e envolve vários ângulos:

a) Loteamentos comunitários: em sua grande maioria, são terrenos adquiridos pelo Poder Público para abrigar pessoas retiradas de locais de risco – sujeitos a enchente, por exemplo –, ou, em outros casos, neles mora gente pobre que ali se estabeleceu. São loteamentos comunitários o Novo Milênio, Cristal e Galha Azul. O último foi adquirido durante a gestão Agustini e localiza-se muito próximo a uma grande reserva de mata ciliar, destruída irregularmente por alguns moradores para a construção de suas casas e também para a retirada da lenha. Além disso, há casas construídas junto à vegetação.

Uma característica comum a esses loteamentos é a completa falta de infra-estrutura: além de não haver condições de habitação, também não há sistema de abastecimento d'água, de coleta de esgoto e de lixo, não há arruamento, e muitos locais continuam sendo áreas de risco. Segundo SILVA, “(...) o Poder Público, historicamente, foi o maior patrocinador da destruição ambiental.” Complementando-o, registramos que tantas outras vezes tem sido conivente com essa destruição.

Conforme AGUSTINI, “Esse loteamento foi desapropriado na nossa gestão, sendo que foi preservada a área verde. A preservação foi acima dos 30%, pelo fato de ser mata ciliar, só que a implantação do mesmo foi posterior. Quando é público as pessoas acabam invadindo, elas não invadem quando é privado.”

É inegável que uma fiscalização intensa dos órgãos competentes até poderia não resolver o problema, mas acabaria inibindo a ação de muitos. Loteamentos como o Galha Azul, porém, são feitos sem licença da FATMA. As áreas são adquiridas e os lotes doados sem critérios. Durante a campanha política, muitos lotes são doados por candidatos, alguns em área de risco, em terrenos acidentados, em áreas verdes, as quais deveriam ser, teoricamente, preservadas em cerca de 30%, o que não acontece.

Com relação a esse assunto SILVA diz: “As implantações que você vê na cidade, na maioria dos loteamentos, não tinham licença ambiental nenhuma... Eu não sei no Gralha Azul, a gente sabe que houve invasão das áreas de preservação. Nós sabemos que a maior preocupação com as áreas verdes é a ocupação irregular.” Mas, mesmo com essa “preocupação”, as pessoas continuam invadindo tais áreas, sem que nenhuma atitude seja tomada.

Para PEREIRA, coordenador regional da FATMA, “O loteamento Gralha Azul não teve licença ambiental para a sua instalação, bem como os outros loteamentos chamados comunitários.” O Poder Público Municipal (SEMMAS) tomou atitudes à revelia da FATMA. É difícil haver parceria nessas condições, quando existem divergências não quanto á forma, mas quanto à essência de um problema.

O presidente da Associação de Moradores do Bairro Petrópolis expressa seu orgulho por residir há vinte cinco anos no bairro, que é cercado em boa parte pela mata ciliar: “mas tem a ameaça do machado por parte dos moradores, principalmente no inverno, destruindo as árvores para aquecer o ambiente com fogão a lenha.” (SCHÜTZ)

Com relação à afirmação anterior, o que falta para a grande maioria da população, assim como para os órgãos públicos, é a consciência da importância de preservar o espaço ou o que ainda resta dele. A tendência é que, gradativamente, as reservas de mata nativa sejam destruídas justamente pela pouca consciência ambiental, quer seja para construir uma casa ou para fazer fogo durante o inverno.

b) Incorporadora x loteamentos: merecem destaque as práticas da construtora Cepar, da região, que vem adquirindo áreas sem a mínima preocupação com os possíveis danos ambientais. Possivelmente a opinião que melhor caracterize a atuação desta construtora é a do tenente comandante da Polícia Ambiental: “o que nós vemos principalmente no empreendedor de grande porte, onde o mesmo privatiza o lucro e socializa o dano ambiental. Não somos favoráveis com relação a essa medida: de ter o lucro para si e socializar com toda a sociedade o dano ambiental.” (SILVEIRA)

Trata-se de uma clara referência aos madeireiros na região, mas que pode ser empregada também para caracterizar a maneira de agir da Cepar que vende as áreas que adquiriu fragmentadas em pequenos lotes. Para a ecologista VIEIRA, “(...) degradação do ambiente é

sinônimo de pobreza e de destruição da natureza. É muito difícil conscientizar quem tem o poder, a máquina vai destruindo e gerando pobreza.”

Com relação à construtora citada, o ex-secretário SILVA relata: “Eu lembro que tivemos alguns embates fortes com alguns empreendedores, ainda com idéias antigas que queriam chegar e desmatar tudo. Tivemos que embargar alguns loteamentos, alguns empreendimentos que estavam sendo feitos. (...) Hoje nos fundos do Posto Zanatta, tivemos um embargo ali, em virtude da degradação de uma área.” Só que a área onde hoje está localizado o Bairro Bom Jesus foi adquirida da Diocese de Lages e gradativamente foi sendo destruída, sem que houvesse ação mais enérgica tanto da FATMA quanto da própria Secretaria e até mesmo da Polícia Ambiental.

Segundo a FATMA, para a implantação de um loteamento, o procedimento é o seguinte:

“O empreendedor solicita junto à FATMA a licença ambiental. Uma vez requerida a mesma, ele tem que apresentar um projeto que contemple o arruamento, área verde, esgoto sanitário, águas pluviais e saneamento. Junto com o projeto, deve ter uma declaração da Prefeitura de que a área onde será implantado o loteamento está de acordo com a Lei Municipal de Uso do Solo. Só após esse processo é que o empreendedor poderá registrar no cartório e vender esses lotes.” (PEREIRA)

Para a ecologista,

“Tem esses terrenos de preservação dentro da cidade, tem várias áreas de terrenos arenosos, de banhado, como é chamado aqui, que não seria possível a construção, estão sendo tomados pelas construtoras, como é o caso da Cepar, que recebeu o ‘troféu porco’ dado pelo PV, pela não preservação do meio. No caso do Bom Jesus, teve um processo (...), eles teriam que preservar alguns lotes e replantar, porque eles destruíram mais de duas mil espécies de árvores nativas.” (VIEIRA)

Ainda em relação ao loteamento Bom Jesus, houve uma autuação por parte da Polícia Ambiental, tendo sido montado um processo que foi enviado para o Ministério Público. Em junho de 1999, chegou-se a um Termo de Ajustamento de Conduta, pois a Cepar, sem licença ambiental de qualquer órgão, derrubara, em dezembro de 1997, 650 árvores. Em maio de 1998, a empresa protocolou um projeto de recuperação da área verde e comprometeu-se em manter parte do loteamento como área de preservação permanente. Em dezembro de 1998, foi expedida pela FATMA a LAP (Licença Ambiental Prévia), apenas para viabilizar o estudo de

projetos. A Polícia Ambiental verificou, então, uma série de infrações, como abertura de ruas entre a mata nativa, corte de remanescentes e do sub-bosque na área de preservação, o assoreamento e o conseqüente risco de que as nascentes ali existentes secassem. A Cepar argumentou que houve autorização da Prefeitura para a abertura de ruas, com o conhecimento da SEMMAS. Só que não houve comprovação dessa autorização.

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado em junho de 1999 é o seguinte:

“A Cepar compromete-se:

- A dar início, para posterior apresentação junto à FATMA, às obras de recomposição e recuperação da degradação ambiental ocorrida no Bairro Ipiranga;
- A atender termos técnicos pelos responsáveis da FATMA, SEMMAS e Cepar;
- A apresentar junto à FATMA, para análise e aprovação, a LAI (Licença Ambiental de Instalação), a qual deverá executar um Plano de Recuperação Ambiental, acompanhado e fiscalizado pela SEMMAS e pela FATMA.

Como medida compensatória, a Cepar compromete-se:

- A doar para a Polícia Ambiental uma S-10 (pick-up, cabide dupla);
- A promover a manutenção das grutas do Bom Jesus e Nossa Senhora de Lourdes, que são representativas para o Patrimônio Histórico, Cultural e Religioso do Município de Lages.” (Este termo está assinado pela Curadoria do Meio Ambiente, Cepar Construção e Comércio Ltda., FATMA, SEMMAS e Polícia Ambiental)

Apesar do compromisso assumido, no final do mês de novembro a situação do loteamento continuava a mesma, pois o processo de recuperação da área não aconteceu. É evidente que leis protetoras do meio ambiente existem, o que falta são atitudes dos órgãos competentes para que elas sejam cumpridas, de modo a proteger, de fato, o meio ambiente. Fazer vistas grossas ou somente tomar atitudes depois que ocorreu a degradação contribui para a destruição do meio. Novamente, é necessário questionar: como uma construtora pode destruir grande parte da vegetação de uma área, sem que a FATMA dê a autorização prévia? Esse órgão tem de fato fiscalizado, no sentido de preservar o que lhe é de competência?

Como vimos, embora se dê ênfase maior às questões ligadas ao lixo e aos loteamentos, observamos que em Lages não estão solucionados outros problemas ligados ao meio ambiente no espaço urbano como, por exemplo, a poluição dos rios, a invasão de áreas ribeirinhas e os problemas associados à falta de saneamento básico (destino dos dejetos humanos) – apesar de estar sendo executado um trabalho de saneamento, ele não atingirá a cidade como um todo.

Na zona rural, ressaltamos problemas como contaminação do solo, desmatamento, queimadas, o lixo e as águas.

Em face do colocado, podemos afirmar que, quando o assunto é meio ambiente, muito ainda há por ser feito, inclusive com questões tão ou mais relevantes que as citadas por nós, uma vez que escolhemos temáticas que ocuparam espaço na imprensa durante a gestão da Frente, e se revestiram de relevância na vida do cidadão lageano e no cotidiano dos entrevistados.

3.2.3 Escadaria

Outra questão que gerou polêmica durante a gestão da Frente foi a construção da escadaria do Morro da Cruz, onde, historicamente, na Sexta-feira Santa, há romaria, gerando uma grande concentração de cunho religioso. Havia uma proposta de Frei Silvério (pároco da capela local) para a construção de uma escada. Por uma questão religiosa e com o objetivo de comemorar os “500 anos de descobrimento”, a construção da escadaria foi iniciada sem autorização da FATMA, mostrando, mais uma vez, que cada um segue seu caminho, sem se preocupar com a questão legal. Com 500 degraus e inaugurada em abril de 2000, a escada tornou-se alvo de críticas, principalmente por parte da FATMA e da Polícia Ambiental.

Salientamos que, embora a FATMA alegue que não concedera ou recebera pedido de licença para a construção da obra, não houve embargo, o que é, no mínimo, estranho. Outro motivo de críticas é a inclinação do morro, que exige um sistema adequado para o escoamento da água, o que não existe. Isso pode comprometer a estrutura da escadaria, e o plantio de árvores pode ajudar a conter a erosão da área próxima. Além disso, logo abaixo existe o bairro Centenário, e algumas casas podem ficar comprometidas em caso de enchente. Em que pesem as críticas pela falta de cuidados, de licença e pela autopromoção de alguns, o local oferece uma bela vista da cidade e pode ser explorado como ponto de visitação não só no período quaresmal, mas em qualquer período em que o turista venha visitar a região.

3.3 Políticas Públicas

3.3.1 Primeiros Passos

No decorrer das entrevistas, percebemos, na prática da segunda administração, a ausência de políticas públicas para o meio ambiente. As propostas existiram durante a campanha, mas projetos que dessem conta das questões ambientais não aconteceram. As propostas apresentadas pretendiam dar continuidade às ações da gestão anterior, o que ocorreu inicialmente, mas, com o tempo, tal objetivo perdeu o caráter de prioridade e ficou em segundo plano. Acabou-se optando por práticas paliativas, ou melhor, por ações que aconteceram somente quando havia alguma forma de pressão ou quando rendiam algo politicamente.

3.3.2 Falta de Clareza e de Projeto Político

Merece destaque a forma como PT agiu, principalmente na segunda administração da Frente Popular: não admitia críticas e os opositores eram vistos como aqueles que atrapalhavam a administração municipal. Sobre isso, vejamos a fala do ex-coordenador do CEAL:

“Eu acho que o problema maior que aconteceu, foi porque na segunda administração não se tinha clareza da identidade da administração. E aí, o próprio PT, do qual eu fazia parte, dentro da administração, não sabia muito bem o que queria desses espaços e eu diria que muitas vezes não tínhamos o respaldo necessário, porque internamente, enquanto Secretaria, não se tinha claro em alguns momentos o que se queria. Noutros momentos tinha-se claro, mas não era interessante para quem estava coordenando a secretaria (...) Muitas das implicações políticas que haviam dentro da prefeitura na configuração do Governo da Frente Popular, levaram na verdade a isto: não saber quais os caminhos prioritários que a administração tinha que tomar.”
(ISRAEL)

As dificuldades aconteceram dentro do Poder Público, segundo um representante seu reconhece, e a administração fez uma ou outra atividade sobre o meio ambiente, e o fez para autopromover-se, não como uma proposta de trabalho efetivo. No entender do Poder Público,

as dificuldades surgidas impediram uma atuação mais forte, mesmo assim ele buscou desempenhar ações: “(...) foram mais dificuldades políticas do que de encaminhamento das questões de educação ambiental. Porém o fato da máquina pública ser pesada e o fato de nós absolutamente não termos na administração como sendo prioridade (...)” (ISRAEL)

Para o ex-secretário BORBA, “De maneira geral, em termos de meio ambiente, a cidade perdeu muito por falta de uma boa equipe técnica, pela falta de investimento (...), foi o esvaziamento do trabalho da Secretaria.”

Quando determinada questão não faz parte das prioridades de uma administração, o que se observa são ações incipientes, incapazes de mudar a realidade. Uma demonstração clara disso, em relação ao meio ambiente, encontra-se na ausência de recursos municipais, estaduais e federais, pois, ainda que exista um discurso forte sobre o tema, trata-se apenas de teoria, uma vez que, na prática, faltam definições precisas quanto às prioridades e recursos. Isso ocorre em todas as esferas, desde Brasília até Lages, onde as questões ambientais são consideradas da maior relevância, mas na prática são deixadas de lado.

3.3.3 Falta de Recursos

O ex-secretário SILVA, comentando sobre as dificuldades financeiras e dos fundos que não têm fundo afirma: “Eu acho que a maior dificuldade talvez seria a primeira, hoje isso não é só no setor de meio ambiente (...) é a falta de recursos.”

Com relação ao assunto, a coordenadora do Parque Ecológico observa:

“O principal problema encontrado para administrar o parque foi a destinação de recursos. Nós já fizemos vários projetos, tanto a nível estadual quanto federal, e não conseguimos recursos para criar esse centro de estudos, nem mesmo para cercar o parque. (...) A atual gestão apenas manteve o Parque Ecológico, mas não efetuou nenhuma obra a mais, não deu o devido valor ao parque. (...) Destinação de recursos para criar um Centro de Estudos da Araucária, construção de um mirante e de uma ponte pênsil, Plano de Manejo.” (VOLKERT)

A coordenadora referiu-se também à dificuldade para manter o parque, seja quanto aos trabalhadores, seja quanto à alimentação dos animais, o que a levou a usar dos seus próprios

recursos para esse fim. Além disso, a BR 116, que corta o parque, representa outro problema sério, pois os animais são atropelados ao atravessá-la. Daí a necessidade de existir um cercado com tela, o que provoca um problema com o DNER, que não aceita tal construção, por não ter o mínimo de distância da pista e também devido à inclinação da área e à dificuldade de acesso.

Nas coisas mínimas podemos perceber a falta de políticas claras para o meio ambiente, e a coordenadora expressa seu sentimento, já que trabalhara na gestão anterior, quando a questão era prioridade. Anteriormente fora criada a infra-estrutura necessária para as questões ligadas ao meio ambiente, pois tanto a SEMMAS quanto o CEAL dispunham de equipe técnica para o desenvolvimento de atividades – em alguns momentos houve quinze pessoas trabalhando no CEAL.

O ex-diretor do CEAL, ligado ao PSDB, diz: “Durante a gestão Fernando Agustini, não houve problema de verbas, o mesmo ocorreu durante o primeiro ano da gestão Décio Ribeiro. As verbas eram resultado da repercussão do trabalho desenvolvido, sendo que o sucesso refletia na administração municipal. No segundo ano as dificuldades financeiras começaram.” (COELHO)

Quando assumiu o novo diretor, então ligado ao PT, o Centro perdeu de vez seu espaço. O ex-diretor explica a situação do Centro, quanto esteve lá: “Quando nós chegamos no CEAL, nós encontramos o espaço completamente desmontado. No que diz respeito aos funcionários haviam apenas dois, sendo que, quando era prioridade, chegou a catorze o número de funcionários.” (ISRAEL)

Apesar das adversidades, houve tentativas de recompor a equipe e surgiu a perspectiva de parceria com a Secretaria Municipal da Educação – o que não vingou. O trabalho relativo à 10ª Festa Nacional do Pinhão e a campanha “jogar lixo na rua não é legal” envolveu as escolas e, por consequência, as comunidades, acontecendo, assim, a ação no espaço ocupado pelo PT.

Porém, o desacordo existente entre prefeito e Secretaria reflete o clima interno da Frente Popular, onde, excetuando o PDT, base da administração, havia problemas inclusive no que diz respeito à indicação de pessoal para os cargos. No caso do PT, este partido não tinha autonomia para tomar decisões e para agir.

3.3.4 Falta de Técnicos

Outro aspecto que chama a atenção nas entrevistas é que todos – órgãos municipais e estaduais – apontam a necessidade de haver técnicos qualificados para o desenvolvimento do trabalho com o meio ambiente:

“E nós temos uma outra dificuldade que é a falta de recursos humanos. Nós temos hoje poucas pessoas, muito poucas pessoas qualificadas para trabalhar a questão ambiental.” (SILVA)

“Também há necessidade, tanto por parte do Poder Público municipal, quanto estadual e a nível federal, de ter um trabalho mais intenso quanto à qualificação de pessoal.” (PEREIRA)

“(…) falta de técnicos e o IBAMA então, não desenvolve nenhum trabalho de educação ambiental, pela falta de técnicos e de estrutura.” (ONEDA)

“Existe a problemática da falta de recursos humanos e o fato de ter um carro para a equipe.” (REGINATTO)

“Faltam ainda outros profissionais como é o caso de biólogo, (...) faltam ainda técnicos qualificados para trabalhar nesta área.” (VOLKERT)

Observa-se que todos entrevistados são unânimes em apontar a carência de técnicos nas mais diversas instâncias.

O Centro Ambiental, na primeira gestão da Frente, era responsável pelo trabalho de Educação Ambiental, e havia um corpo técnico para dar conta das atividades. Quando, no lugar dos técnicos, passaram a ser contratadas pessoas apenas por indicação, o Centro Ambiental perdeu sua identidade e função, transformando-se num espaço abandonado, que caiu no esquecimento.

Outro aspecto que interferiu de forma significativa no trabalho do Centro Ambiental foi a não-obrigatoriedade de formação na área do Magistério. A contratação de pessoal tornou-se político, fazendo com que o nível do trabalho desenvolvido caísse sensivelmente. Durante o segundo ano da administração Décio Ribeiro, o CEAL passou por um processo de transformação e sofreu com a grande rotatividade de funcionários, muitas vezes nomeados somente por serem simpatizantes do PT.

A partir de agosto de 1999, o Centro ficou praticamente abandonado. Após a nomeação de uma pessoa, parente do ex-secretário SILVA, que abandonou o cargo em seguida para dedicar-se à campanha, o Centro ficou sob a responsabilidade de outra pessoa, que não tinha as mínimas condições para coordenar o trabalho e sequer percebia a importância daquele espaço. Assim, o Centro apenas permaneceu aberto e trabalharam nele, até o final da gestão, apenas três pessoas: uma na limpeza, uma na recepção e outra no administrativo. Ou seja, não havia um técnico sequer no CEAL.

Existem relatórios a respeito das atividades desenvolvidas pelo Centro, durante o período em que Coelho e Israel estiveram à sua frente. Depois, ao longo de um ano e cinco meses, não há nada documentado. E os funcionários explicam: “Mas não foi feito nada!” Faltou à administração municipal, portanto, o sentido de continuidade, visto que houve uma quebra no trabalho com a troca de funcionários, falta de verbas e de projeto claro do que se queria fazer.

Esse fato merece bastante atenção, pois fica difícil conceber a execução de um trabalho eficaz, competente e sério nos espaços destinados às questões ambientais, sem que haja pessoal qualificado. Ainda que não se desmereça a experiência das pessoas, não se pode desconsiderar a importância e a necessidade de um processo de qualificação e, muitas vezes, tal processo depende dos órgãos competentes.

3.3.5 Falta de Articulação

Ainda quanto à falta de políticas públicas, é necessário comentar sobre a completa desarticulação entre os órgãos. A Constituição Federal de 1988 estabelece competências específicas municipais, estaduais e federais, todas com o objetivo comum de fiscalizar e proteger o meio ambiente, mas nada impede que haja uma articulação entre órgãos, que sejam feitas parcerias e desenvolvidos trabalhos de forma integrada. Sobre isso manifestaram-se alguns entrevistados:

“Os municípios, em alguns casos, têm as secretarias de meio ambiente com procedimentos específicos, mas o objetivo é o mesmo, de fiscalização do meio ambiente e proteção dos recursos naturais.” (PEREIRA)

“Os órgãos que autorizam, tendem a encontrar defeitos, mas não encontram a solução. São órgãos de fiscalização, tendem a funcionar como Judiciário, só quando provocados.” (AGUSTINI)

“Lamentavelmente, o Décio fez questão de colocar acima de tudo a questão política, ele considerava muito esse lado. Pelo fato de eu ser seu adversário político, ele me deixava muito distante, ele só fazia as coisas às custas de pressão.” (SCHÜTZ)

“O IBAMA nunca foi solicitado pela Secretaria do Meio Ambiente para desenvolver qualquer trabalho a nível municipal.” (ONEDA)

A gestão da Frente teve uma peculiaridade: não admitia críticas, portanto não ouviu pessoas envolvidas no processo e limitou-se a atuar a partir da concepção de um grupo restrito à Prefeitura. Embora a comunidade como um todo seja desorganizada, em seu interior existem grupos organizados e representativos que também não foram ouvidos durante esta gestão. Fica a interrogação: se o meio ambiente é um espaço para todos, por que ainda se teima em tomar atitudes isoladas? À quem isso interessa? Como diz o ex-diretor do CEAL: “Ainda não há no nosso meio uma vontade ou uma consciência desenvolvida a ponto de a gente dizer que a questão ambiental esteja correndo nas nossas veias, infelizmente.” (ISRAEL)

Mas é evidente, em qualquer local ou para qualquer pessoa, que o Poder Público, nas três esferas, tem obrigação de privilegiar as questões relativas ao meio ambiente, pois elas representam a garantia de continuidade do homem e da vida.

3.4 Limites e Realizações

Diante de toda a problemática levantada pela presente pesquisa, fica claro que o Poder Público e a sociedade como um todo têm dificuldades e limitações, mas aparecem também as possibilidades e os caminhos a serem seguidos, bem como as sugestões de ocupação de espaços que ficaram ociosos durante bom tempo da administração da Frente Popular em Lages.

Conforme opinião de ISRAEL, “(...) infelizmente, a questão ambiental ainda não corre em nossas veias.” Quem sabe esse seja o desafio para o próximo milênio. Fazer das questões

ambientais algo do nosso cotidiano, como a água que bebemos, o ar que respiramos, o sol que nos aquece, o alimento diário, enfim, nossa vida.

Não se pode negar a importância das ações, principalmente as referentes ao período de 1993-96 – primeira gestão do Governo da Frente Popular –, quando as políticas públicas buscaram trilhar a perspectiva da construção de ações capazes de forjar uma sociedade sustentável. Houve um processo de estruturação, envolvendo a criação da Secretaria de Meio Ambiente, do CEAL, da aquisição do Parque Ecológico e de alguns trabalhos de Educação Ambiental. Trata-se de um período bastante significativo, pois deu suporte a essas questões.

3.4.1 Poder Público

Sem dúvida nenhuma, é do Poder Público a responsabilidade maior de encaminhar as possíveis soluções para os problemas que gradativamente vão aparecendo ou dos que já existem há muito tempo: “Essas questões precisam ser discutidas e debatidas (...). O Poder Público precisa ser mais rigoroso, com uma legislação mais forte (...). O Poder Público deve orientar, fiscalizar, elaborar leis e ser alguém que tem a preocupação com a preservação e em definir áreas.” (AGUSTINI)

Tais questões não se esgotam, mesmo diante de um longo processo de discussão, pois sempre surge algo novo a ser trabalhado. Isso exige uma atuação mais incisiva por parte do Poder Público, de modo que haja agilidade, eficácia e competência para coibir ações capazes de agredir ou ameaçar o meio ambiente. E, ao mesmo tempo, que elas sejam capazes de proteger as áreas existentes e definir outras áreas de preservação.

Há uma relação paradoxal entre o discurso e a prática com relação ao meio ambiente, visto que, se de um lado se evidencia a importância da preservação, por outro lado o Poder Público ou finge que não vê ou torna-se conivente com a destruição ambiental.

3.4.2 Consciência e Participação

Não resta dúvida de que a consciência e a participação da comunidade como um todo é de fundamental importância. Em Lages, porém, tal participação, de um modo geral, tem sido muito tímida, porque ou foi chamada a participar, mas depois não foi levada em conta, ou por não ter a cultura da participação.

No que diz respeito ao processo de formação da consciência, ele é lento e é necessário um trabalho continuado, o que não aconteceu na administração em questão. De um modo geral, com raras exceções, as pessoas têm participado muito pouco e reclamado muito, ou seja, não há uma sintonia entre participar e reclamar.

O ex-secretário SILVA comenta a respeito da consciência:

“Eu acho que isso realmente teve uma grande amplitude, difícil até de medir, porque no meio ambiente é uma questão de consciência, muitas vezes não é aquilo que o Poder Público faz, mas aquilo que fica na consciência das pessoas e que as pessoas passam a fazer a partir dali (...). Para mim, o caminho é esse, para que o cidadão assuma suas responsabilidades, não isentando o Poder Público, mais sendo um parceiro no sentido de fazer o que a gente pode (...). O grande desafio e a grande lição que fica é aquilo que eu falei: a mesma mão que destrói tem que construir. A mão que devasta a natureza tem que recuperar.” (SILVA)

E acrescenta SCHÜTZ: “Nós temos a mania de esperar de braços cruzados e de criticar órgãos públicos ou pessoas (...) Aos poucos as pessoas estão mudando e a mudança tem que vir de dentro de casa. A comunidade tem que fazer a sua parte, fazer mutirão.”

Percebemos, portanto, que emerge, ao final desse século, a certeza de que é necessário atentar para as questões do meio ambiente, mas só isso não basta para garantir a preservação. Os problemas de degradação continuam iguais ou maiores que os existentes quando da promulgação da Constituição de 1988, a qual propiciou todo um suporte legal, como consequência da ECO-92.

A sociedade precisa atuar de forma mais intensa, através das mais variadas instâncias, e o Poder Público precisa fazer a parte que lhe foi incumbida pela legislação. Há necessidade de realizar um grande trabalho de conscientização, para que o cidadão passe a atuar fortemente e principalmente em nível local, porque é nos limites do município que as mudanças podem acontecer gradativamente e de forma contínua, sem retirar do processo o envolvimento da sociedade, dos governos e das nações como um todo.

Para PEREIRA,

“A conscientização está acontecendo de forma lenta. Os órgãos de proteção ambiental procuram atuar de forma mais intensa, mais decisiva. Aliado a esse trabalho, a imprensa tem destinado um tempo considerável através dos jornais, escrito, falado e televisado com relação aos crimes ambientais e à importância da conscientização das pessoas para a preservação do meio, para que tenhamos nas presentes e futuras gerações a qualidade de vida que é o que se espera.”

Essa ponderação é importante: a consciência, em seu processo de construção e de mudança, é algo lento, mas deve, necessariamente, acontecer de forma gradativa. Deve ser trabalhada, construída e reconstruída. É neste momento que a imprensa, a família, a escola, a igreja, as associações e as diversas organizações desempenham um papel importantíssimo, visto que o homem é fruto de um longo processo de construção enquanto ser, mas sempre tem necessidade de buscar e de construir algo novo.

Será que isso ocorre de fato na prática? A construtora que desmatou no loteamento Bom Jesus, embora dispusesse de um corpo técnico com condições de avaliar os resultados da ação, ainda não recuperou a área. Considerando sua postura, é possível crer que quem corta uma árvore buscando aquecer-se durante o inverno tem condições para avaliar as conseqüências do seu ato para o meio ambiente? Como ele fará a recuperação do que destruiu?

Hoje as pessoas estão mais preocupadas com as questões do seu cotidiano e voltam-se para o problema ambiental (lixo, desmatamento, poluição do ar e dos rios), como também estão preocupadas com a sobrevivência (trabalho, moradia, educação, saúde, lazer). Mas uma e outra preocupação inserem-se na questão maior, ou seja, na possibilidade de se viver num espaço ecologicamente possível e humanamente sustentável.

3.4.3 Educação Ambiental

A educação ambiental é de fundamental importância para a percepção e construção do espaço numa outra perspectiva que, sem dúvida, vai demandar compromissos maiores de cada um, independente da área de atuação, idade, maneira de pensar e entender o mundo e da

experiência a respeito das questões do cotidiano. Isso porque devemos ter clareza sobre fatores indispensáveis à sobrevivência do homem, e entre esses fatores elencamos ações como o estabelecimento de parcerias e compromissos, a fim de garantir o despertar de uma nova consciência, agora ecológica.

Segundo REGINATTO, “(...) nós trabalhamos mais na questão ambiental, com a sensibilização, do despertar principalmente das crianças, porque nunca se falou tanto em educação ambiental como se tem falado para essa geração que está vindo agora.”

Sem dúvida, a mudança ou sua possibilidade deve passar pela educação, e é nas séries iniciais que ocorre a maior transformação, provavelmente devido à influência que a criança pode exercer sobre seus familiares. Além disso, o processo educativo deve necessariamente provocar mudanças, conforme depoimentos de vários entrevistados:

“(...) porque a mudança tem que ocorrer de dentro para fora. Você pode até inculcar algumas coisas que mexam com a estrutura interna, mas é a pessoa que vai dizer se quer mudar ou não.” (REGINATTO)

“(...) porque no trabalho de educação ambiental, que eu considero o mais importante, ele é um trabalho que você usa as estruturas já existentes, ou seja, escola, igreja, associação de moradores, associações comunitárias, a partir daí, você faz.” (SILVA)

“Ocupar o espaço do CEA e do Parque Ecológico para desenvolver o trabalho de educação ambiental com as escolas, de imediato.” (BORBA)

Entendemos, assim, que a retomada das ações de Educação Ambiental propiciará a tomada de consciências por parte dos adultos, por duas razões: a influência das crianças e o grande trabalho desenvolvido. E são estas duas razões que conduzem à utilização dos espaços existentes para pensar um projeto e trabalhar a educação ambiental. Para tanto é essencial a presença de técnicos na coordenação de trabalhos, com o intuito de desenvolver uma ação integrada com as escolas não como uma atividade a mais, mas como algo que faz parte do currículo e que é, necessariamente, de responsabilidade de toda população.

3.4.4 Parcerias

O momento atual exige trabalho conjunto e compromisso também; só é possível pensar o meio como um todo, se as pessoas agirem como parte desse todo. As parcerias precisam ser muito mais do que componentes neste ou naquele momento, mas se constituírem em pessoas que, representando seus órgãos, assumam de fato um trabalho integrado, parceiro:

“Agora você pode buscar parcerias, e foi o que nós sempre fizemos, fazer um trabalho sempre em parceria com a comunidade e com outras organizações. Tem o pessoal do CAV (NEA), Curadoria, UNIPLAC, EPAGRI e Polícia Ambiental.” (SILVA)

“(...) parcerias – ACRO, SINE, FAT, Vigilância Sanitária, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Educação (Centro Pedagógico), CAV e UNIPLAC.” (REGINATTO)

É importante ressaltar que há um ponto em comum entre Silva e Reginatto no que diz respeito às parcerias. Embora os dois atuem em campos diferentes – o primeiro na área urbana, a segunda na área rural – ambos entendem as parcerias, como fator relevante, no sentido de desenvolver um trabalho envolvendo diversos órgãos, associações, secretarias. Assim, é possível antever uma possibilidade de trabalhar de forma integrada, envolvendo não só quem se acha ligado diretamente aos órgãos públicos, mas também à Universidade, às diversas organizações e à própria comunidade. Talvez, hoje, o maior desafio seja o de desenvolver um grande trabalho, privilegiando o maior bem: a vida, de forma que sejamos sensíveis ao espaço e, conseqüentemente, aos seres humanos, que não haja espaço para os interesses e promoções pessoais, mas sim para o interesse da coletividade: “Eu acho que a semente em Lages foi lançada e, evidentemente, os frutos haverão de ser muito bons.” (SILVA)

3.4.5 Lazer

Essa não é só uma preocupação dos lageanos, mas da população de um modo geral, que não tem local para se divertir, e principalmente das crianças, que não encontram um espaço adequado para poder brincar. Além dos espaços existentes na escola, sobram poucas alternativas para as crianças se divertirem e em função disso elas brincam nas ruas e em parques, isso se oferecerem condições.

Na gestão de Fernando Agustini (1993-1996) foi adquirida uma área para o futuro Parque da Cidade, uma grande área de lazer para a população lageana. Era proposta da campanha de Décio Ribeiro a construção do parque, o que não aconteceu, e quem saiu perdendo foi a população lageana. Existem espaços da maior importância, como é o caso do Parque Ecológico, porém ele se destina à visitação e ao desenvolvimento de um trabalho voltado para a educação ambiental, e não como espaço de lazer. Para VIEIRA, “(...) com um pouco mais de vontade, o parque poderia ter saído e teríamos mais um espaço de lazer. precisamos de um Parque Municipal.”

Os espaços que a comunidade tem para utilizar em seus momentos de lazer são poucos e precisam ser ampliados, construídos, como o Parque da Cidade, ou receberem melhorias em sua estrutura, como o Parque Ecológico. É importante que sejam definidas áreas de preservação permanente, para que as pessoas possam caminhar, pensar e meditar.

3.4.6 Saneamento

Um trabalho que merece destaque é o saneamento básico. A obra é da competência do Estado – 40% dos recursos são estaduais, através da CASAN, e 60% do Governo Federal. Trata-se de uma ação conjunta dessas duas instâncias de governo, mas que acabou gerando polêmicas com o Município por causar uma série de transtornos para a comunidade, como o fechamento e destruição de avenidas, sem que houvesse, muitas vezes, um acordo para os devidos consertos, tarefa da CASAN.

Lages tem uma rede de esgoto implantada em 1950 que atinge apenas o centro da cidade. Por muito tempo foi propagado que o bairro Petrópolis tinha sistema de esgoto – uma inverdade – e a comunidade sempre pagou pela água e pelo esgoto. No ano 2000, a Associação de Moradores entrou com uma ação na justiça para o cancelamento do pagamento da taxa de esgoto, já que o bairro não dispunha de tal serviço. Por isso, a comunidade não paga mais a taxa de esgoto há um ano, a não ser que a CASAN faça a canalização adequada. A CASAN também será obrigada a devolver os valores pagos pelos contribuintes durante os últimos cinco anos, embora durante 25 a população tenha pago por estes serviços.

Desde o período inicial da gestão Décio Ribeiro, a CASAN veio desenvolvendo atividades para ampliar o sistema de esgoto sanitário. Ao final da obra, cerca de 82% da cidade terá um sistema adequado. Estão sendo investidos em torno de 43 milhões de reais pela CASAN e Governo Federal. Se a liberação do dinheiro ocorrer conforme o previsto, em 2002 as obras serão concluídas.

CONCLUSÃO

O século XX foi marcado por muitas contradições e muitos desentendimentos, como duas guerras mundiais e conflitos desencadeados em todos os pontos do planeta, e também pela destruição ambiental. Foi o período do avanço tecnológico e científico; foi o século do conhecimento. Em alguns momentos, emergiu o despertar de uma nova consciência, apontando novas possibilidades e formas de vida alternativas que não impliquem a destruição, mas a preservação e reconstrução do planeta e da vida.

Através deste trabalho, constatamos que é recente a preocupação com os danos causados ao meio ambiente pelo homem. Somente a partir dos anos 70, com a Conferência de Estocolmo, essa questão adquire um caráter político. Porém, no Brasil, isso só acontece nos anos 80, quando se começa a perceber, de fato, as primeiras preocupações em se criar uma estrutura para dar conta desta importante questão.

Com a Constituição de 1988, a União, os Estados e Municípios passaram a ser responsáveis pelas questões ambientais. Do macro para o micro, e vice-versa, cada um tem sua parte a cumprir. Em Lages, foi só com Fernando Agustini, em 1993, que a questão ambiental, no plano das políticas públicas, adquiriu de fato relevância.

Podemos dizer que, neste aspecto, Lages é uma cidade privilegiada na infra-estrutura dada para as questões ambientais. A cidade dispõe de um grande espaço verde – o Parque Ecológico –, para ser visitado, contemplado e estudado e, embora não disponha de uma Secretaria exclusiva para esta questão – a sigla SEMMAS inclui “serviços” –, dispõe também do CEA, no centro de Lages, que pode vir a constituir-se num ponto de referência no que se refere às questões ambientais.

Na primeira gestão da Frente (1993-1996), foi dado o suporte inicial para o desenvolvimento das políticas públicas ambientais necessárias para uma cidade cujo período de bonança coincidiu justamente com a degradação das grandes florestas de *Araucária angustifolia*, promovidas pelas madeireiras que se instalaram na região. Tal suporte está expresso na criação da SEMMAS, na construção do CEA, na ação, em parceria, para a compra de três áreas para a construção do aterro, do Parque da Cidade e do Parque Ecológico. Houve, ainda, o trabalho de educação ambiental feito pelo CEA, que atuou junto a escolas, em encontros e campanhas realizadas.

Essa primeira gestão da Frente Popular gerou grande expectativa quanto à segunda, conduzida por Décio Ribeiro de 1997 a 2000, pois as condições eram favoráveis à realização de um trabalho de qualidade. No início, deu-se continuidade a alguns programas e atividades que vinham sendo feitos desde a gestão anterior, até porque houve poucas mudanças no quadro de pessoal da SEMMAS – basicamente só entrou um novo secretário – e a equipe do CEA permaneceu inalterada. A princípio, continuaram os encontros e campanhas, foi mantido o programa “Lixo que tem valor” e houve questões a serem trabalhadas, como a construção do aterro sanitário, a implantação da reciclagem, a construção do Parque da Cidade e a realização das melhorias necessárias no Parque Ecológico. Mas, para dar continuidade ao planejado, seriam necessários recursos e técnicos, sem contar outras possíveis atividades a serem desenvolvidas.

Nas entrevistas feitas para a realização deste trabalho, pudemos perceber como foram estabelecidas as relações entre os órgãos existentes nas três esferas governamentais: a SEMMAS (Município), a FATMA (Estado de Santa Catarina) e o IBAMA (Governo Federal). Já através do levantamento feito em jornais, pudemos arrolar as questões que ganharam maior relevância, como foram os casos do lixo e dos loteamentos, comunitários ou particulares, sem licença para sua implantação.

O IBAMA faz um trabalho isolado, pela falta de estrutura do próprio órgão quanto a pessoal, veículos para locomoção e principalmente no que se refere à fiscalização e ao cumprimento da política ambiental e na liberação do plano de manejo florestal. Em função do elencado e pela falta de solicitação da própria Prefeitura, nunca houve entre os dois um trabalho integrado, o que gera a impressão de que tal órgão está para Lages assim como Lages está para Brasília: distante.

A estrutura disponível para a FATMA, não é diferente do órgão anterior: tem poucos técnicos, problema agravado pela oposição partidária entre Prefeitura e governo do Estado. Verificam-se desentendimentos entre a FATMA e SEMMAS, mesmo quanto a problemas que são comuns a várias regiões do Estado, como o saneamento básico, o destino comum do lixo urbano e industrial e o desmatamento. Em Lages, as propostas de uma não são aceitas pela outra, como foi o caso da área para construção do lixão, que, segundo o ex-prefeito AGUSTINI tinha sido liberada verbalmente. Mas, quando houve pressão da comunidade, a FATMA recuou. Em certos momentos, houve um silêncio estranho, como aconteceu no caso da construção da escadaria no Morro Grande: após sua inauguração, a FATMA declarou não haver autorizado a obra, no entanto, enquanto ela estava sendo feita, não foi embargada. No caso dos loteamentos comunitários aconteceu a mesma coisa: não foi autorizada nem desautorizada sua implantação, o que também ocorreu no loteamento Bom Jesus, área adquirida pela Construtora Cepar.

Atualmente, não é possível afirmar que estamos numa cidade onde se dá o devido valor às questões ambientais. Avanços são inegáveis, mas certamente o caminho trilhado poderia ter avançado, caso as políticas públicas ambientais tivessem tido continuidade, apesar das dificuldades ocorridas no campo político-partidário e que causaram a desarticulação entre diferentes esferas. O fato de a máquina pública tornar-se pesada e ainda a falta de identidade na segunda administração impediram que ela encontrasse seu próprio rumo, e a questão ambiental não foi tratada como prioridade, a não ser através de atividades que dessem retorno, principalmente de marketing. Enfim, faltou clareza do papel a ser desenvolvido pela SEMMAS.

O ex-prefeito AGUSTINI disse que houve uma “(...) certa desatenção com a questão ambiental”, ou seja, ela foi relegada ao segundo plano, criando dificuldades que, por sua vez, superaram as possibilidades nesta área. O que faltou foi competência. Não só por parte do prefeito, para tratar de uma questão tão relevante, mas também de um secretário que não tinha autonomia para gerir a Secretaria. Ambos sabiam das dificuldades e das limitações que havia, mas não tomaram nenhuma atitude para amenizar os problemas. A gestão dos recursos públicos tem que ser do conhecimento da população, que deve saber qual o direcionamento dado aos recursos pagos por ela através dos mais diversos impostos.

A falta de técnicos para dar qualidade ao trabalho na SEMMAS no que se refere ao mapeamento do Parque Ecológico e à continuidade do trabalho de Educação Ambiental, e também a não continuidade do planejado anteriormente, além da inexistência de novos projetos para essa área, não levou a Prefeitura a buscar parcerias que pudessem auxiliar na execução do planejado, como chamar as Universidades existentes (UNIPLAC e UDESC), juntamente com a Faculdade UNIVEST (FACVEST), para qualificar pessoal para essas áreas.

Neste sentido, salientamos que a questão ambiental não é só obrigação do governo em qualquer nível; cabe também à sociedade civil organizar-se através de conselhos, associações, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, para que o novo século seja marcado por um salto de qualidade no que se refere a esta questão. É preciso que as mobilizações façam tanto a diferença no processo como a pressão necessária para que na prática as mudanças sejam efetivadas, pois a conscientização é lenta e gradual e cada um precisa fazer a sua parte.

Embora tenha acontecido em poucos momentos, houve demonstrações de que é possível fazer um trabalho conjunto, ou seja, fazer parcerias com os vários órgãos existentes. Isso ocorreu principalmente durante a programação dos encontros ambientais: havia uma grande integração, principalmente entre SEMMAS, CEA, CAV-NEA, UNIPLAC, Polícia Ambiental, Escolas Municipais, Estaduais e Particulares. Com uma programação prévia, as atividades ocorriam e cada instância trazia suas contribuições.

Outro exemplo do que é possível realizar, desde que haja pessoal e projetos claros, é o Centro de Educação Ambiental, que pode fazer parceria com órgãos afins como a Secretaria da Educação, a CRE (escolas estaduais) e escolas particulares. Cabe, portanto, a todos os órgãos ambientais instalados na região incentivar o desenvolvimento de atividades alternativas na linha ambiental. Só assim poderá haver implementação das políticas públicas do local para o global, pois, à medida que os municípios assumirem sua parcela de responsabilidade, juntamente com a população, em relação às questões ambientais, estarão contribuindo para um posicionamento global, garantindo um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.
- ALMEIDA, Luciano Togeiro. **Política Ambiental: uma análise econômica.** Campinas, S.P.: Papiro; São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Força do Povo.** Democracia participativa em Lages. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- AZEVEDO, Genoveva Chagas de. Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula. In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BORINELLI, Benilson. **Um Fracasso Necessário: política ambiental de Santa Catarina e debilidade institucional (1975-1991).** Dissertação de Mestrado em Administração. UFSC, 1999.
- BRESSAN, Delmar. **Gestão Racional da Natureza.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: um profissional da gestão local. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas.** Ed. especial. São Paulo, 1999.
- CASCINO, Fabio et al. (orgs.). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania – reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, 1998.
- CAUBET, Christian. (org.). **Manejo Alternativo de Recursos Hídricos.** Florianópolis: UFSC, 1994.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CENSO 1991.IBGE.
- CENSO 2000.IBGE.

- CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 1998.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Brasília: Ministério da Educação, 1988.
- CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. Florianópolis: Editora Insular, 1989.
- CORDAMANI, Umberto G. et al (orgs). **A Rio-92 - cinco anos depois: avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92**. São Paulo: Alphagraphics, 1997. P. 229-251.
- COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens - sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. Vol. 1-2.
- DEMONSTRATIVO DE GASTOS - Prefeitura de Lages. Gestão Fernando Agustini.
- DEMONSTRATIVO DE GASTOS - Prefeitura de Lages. Gestão Décio Ribeiro.
- DORST Jean. **Antes que a natureza morra: por uma ecologia política**. Tradução Rita Buongiorno. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 6ª ed. ver. e ampl. pelo autor. São Paulo: Gaia, 2000.
- DOWBOR, Ladislau. **Governabilidade e Descentralização**. São Paulo em Perspectiva, jul/set, 1996.
- _____. **O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais**. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e Perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.
- FARAH, Marta Ferreira S. **Agenda da Reforma das Políticas Sociais**. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.
- FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1970.
- FELICÍSSIMO, José Roberto. **A descentralização do Estado frente às novas formas e práticas de ação coletiva**. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. Fundação SEADE, Vol. 8, nº 2/abr-jun/1994, p. 45-53.
- FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental. Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil**. 1ª ed. Boitempo: São Paulo, 1998.
- FERREIRA, Leila da Costa & SIVIERO, Simone de Oliveira. **Ambiente e Cidades em direção a uma nova agenda**. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 10, nº 3, julho/set, 1996, p. 60-70.
- FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (org.). **Incertezas da Sustentabilidade na Globalização**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. P. 15-65.
- FISCHER, Tania (org.). **Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.

- GORE, Albert. **A Terra em Balanço**. São Paulo: Augustus, 1993.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes (org.). **Pesquisa em Ciências Sociais**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999.
- HOGAN, D.J. & VIEIRA, P. F. (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- INFORMATIVO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LAGES. Julho/1999.
- JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.
- _____. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- JORNAL CORREIO DO POVO (Porto Alegre), 22/07/2001.
- JORNAL CORREIO LAGEANO (Lages), 11/08/1951.
- JORNAL CORREIO LAGEANO (Lages), 01/1997-12/2000. Questões ligadas ao meio ambiente.
- JORNAL DA CAMPANHA.(Lages). 2000. O Futuro é Agora.
- JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (Florianópolis), 22/05/2001.
- JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (Florianópolis), 31/05/2001.
- JORNAL GUIA SERRANO (Lages), 07/12/1939.
- JORNAL GUIA SERRANO (Lages), 21/11/1940.
- LEFF, Enrique. **Ecologia Política**. Nº 4, Barcelona: Ciaria, Icaria, 1992.
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, Lages: 1992.
- LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.
- _____. **Ecologia e Política Mundial**. Héctor LEIS (org.). Rio de Janeiro: Fase em co-edição com a Vozes Ltda. e AIRI/PUC/RIO, 1991.
- _____. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.
- LEONARDI, Maria Lúcia A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- MARTINS, Vera. & LUQUE, Carlos Antonio. O papel dos municípios no desenvolvimento econômico. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.
- Mc CORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**. A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

- MARTENDAL, José Ari Celso. **Processos Produtivos e Trabalho – Educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira.** Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1980.
- MARTINS, Sérgio. **Limites Del Desarrollo Sostenible en América Latina - en el de las políticas de (re)ajuste económico.** Pelotas: UFPel, 1997.
- MISSÃO TERRA. **O Resgate do Planeta.** Agenda 21 feita por crianças e jovens. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas Ambientais e Desenvolvimento no Brasil. **Cadernos Fundap.** São Paulo, jun/1989, p. 15-24.
- MONTORO, Andre F. Descentralização e Participação: importância do Município na democracia. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O Município do Século XXI: cenários e perspectivas.** Ed. especial. São Paulo, 1999.
- MUNARIN, Antonio. **A Práxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages.** Dissertação de Mestrado/UFSC, 1990.
- PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia no Brasil.** Co-edição Editora Espaço e Tempo/ IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1988.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1993.
- PROGRAMA DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR. Lages, 1996.
- PROGRAMA GLOBO RURAL, 13/05/2001.
- REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI – desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel. Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SEMMAS: Relatório de Atividades da Secretaria do Meio Ambiente de Lages, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Ética e Meio Ambiente.** São Paulo: Loyola, 1998.
- SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- VIOLA, Eduardo J. et al (orgs.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- VIOLA, E.J. & LEIS, H.R. (1995). O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio - 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: LEIS, Héctor R. et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

WESTPHAL & Zíglío. Políticas Públicas e Investimentos: a intersectorialidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. **O Município no Século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 1999.

ANEXOS

ENTREVISTADOS

Nº 1 – Otacílio de Liz e Silva: ex-secretário do Meio Ambiente.

Data: 23/09/00.

Local: SEMMAS.

Horário: 14 h.

Nº 2 – Tenente Fabrício Berto da Silveira: comandante da Polícia Ambiental.

Data: 29/09/00.

Local: Painel – Destacamento da Polícia Ambiental.

Horário: 09 h.

Nº 3 – Luis Antonio Pereira: coordenador regional da FATMA.

Data: 17/10/00.

Local: Escritório da FATMA.

Horário: 14 h.

Nº 4 – José Carlos Oneda: gerente regional do IBAMA.

Data: 20/10/00.

Local: Escritório do IBAMA.

Horário: 14 h.

Nº 5 – Marcia Reginatto: agente técnico do escritório local da EPAGRI – Lages.

Data: 20/10/00.

Local: Escritório local.

Horário: 15h30min.

Nº 6 – Katja Volkert: coordenadora do Parque Ecológico.

Data: 08/11/00.

Local: SEMMAS.

Horário: 14h30min.

Nº 7 – Jean Michel Forest: curador do Meio Ambiente.

Data: 09/11/00.

Local: Fórum.

Horário: 15h30min.

Nº 8 – Júlio Borba: ex-secretário do Meio Ambiente e vereador. Participou do movimento ecológico.

Data: 20/11/00.

Local: Residência.

Horário: 15 h.

Nº 9 – Fernando Agustini: ex-prefeito, gestão 93-96. Deputado Federal, 1999-2002.
Data: 24/01/01.
Local: Escritório.
Horário: 17h30min.

Nº 10 – Rogério Schütz: presidente da Associação de Moradores do Bairro Petrópolis.
Data: 12/03/01.
Local: Residência.
Horário: 13 h.

Nº 11 – Valdeci Israel: ex-coordenador do CEAL – 03/98 a 08/99.
Data: 23/03/01.
Local: Residência.
Horário: 14 h.

Nº 12 – Velci Vieira: Militante do Partido Verde.
Data: 26/03/01.
Local: Loja Bruma Modas.
Horário: 15 h.

Nº 13 – Plínio José Coelho: ex-coordenador do CEAL – 1995 a 02/98.
Data: 15/03/01.
Local: Residência.
Horário: 15 h.

Obs.: preferiu passar os dados respondendo às perguntas e entregando, juntamente com relatórios.

Nº 14 – João Córdova: engenheiro da CASAN.
Data: 05/02/01.
Local: CASAN.
Horário: 14h30min.

Obs.: passou dados sobre ampliação de rede de esgoto em Lages.

REPORTAGENS SOBRE MEIO AMBIENTE – JANEIRO DE 97 A DEZEMBRO DE 00**1997****JANEIRO**

- 14 – p.03: Recolhidas 9 mil toneladas de lixo urbano em 1996.
- 14 – p.05: Metas da SEMMAS.
- 17 – p.14: Secretário do meio ambiente é empossado.
- 18 – p.05: Secretário do Meio Ambiente preocupado em proteger o Rio Caveiras.
- 24 – p.05: Programa “Lixo que tem valor” faz coleta de 39 toneladas em 96.

MARÇO

- 05 – p.03: Mutirão no Gralha Azul para construção de casas.
- 05 – p.07: Encontro Ambiental em discussão.
- 13 – p.04: Mutirão e solidariedade na construção de casas no Gralha.
- 16 – p.16: CEAL comemora um ano de atividades.
- 18 – p.08: Biólogos gaúchos estudam fauna e flora do Parque.
- 26 – p.07: Meio ambiente terá de escolher nova área para o aterro.
- 27 – p.03: Campanha visa acabar com focos de lixo.

ABRIL

- 09 – p.03: Lixo vale material escolar.
- 20 – p.07: Secretário orienta população sobre a coleta do lixo.
- 29 – p.07: Parque Ecológico é visitado por até 200 pessoas nos finais de semana.

MAIO

- 14 – p.03: Prefeitura desencadeia campanha de limpeza da cidade.
- 22 – p.07: Programação do 5º Encontro Ambiental foi lançado ontem.
- 22 – p.19: Câmara aprova a criação do Parque Ecológico.
- 25 – p.03: Encontro Ecológico reúne ambientalistas em Lages.
- 27 – p.03: Prefeitura terá que escolher nova área para o aterro sanitário.

JUNHO

- 05 – p.06: Encontro Ambiental
- 05 – p.07: Exposições e oficinas movimentam o CEAL.
- 06 – p.07: Campanha busca transformar Lages em Cidade Ambiental.
- 13 – p.03: Medidas alteram acesso ao lixão.

JULHO

- 08 – p.05 - Coleta de lixo reciclável inicia pelo Petrópolis.

AGOSTO

- 22 – p.03: CEAL desenvolve atividades nas escolas.
- 24 – p.08: Quase 200 famílias sobrevivem da coleta de lixo.
- 31 – p.28: Experiência Ambiental é destaque.
- p.29: Importância da obra de esgoto para o saneamento da cidade.

SETEMBRO

- 09 – p.09: Coleta seletiva do lixo no centro começa dia 15.
- 12 – p.10: Programa “lixo que tem valor” é levado a mais cinco bairros.
- 12 – p.06: FATMA recomenda o fechamento imediato do lixão.
- 17 – p.05: 100 casas estão sendo levantadas no Galha Azul.
- 21 – p.05: Polícia Ambiental terá unidade no Planalto

NOVEMBRO

- 04 – p.07: Moradores do Petrópolis querem impedir desmatamento.
- 06 – p.17: Demarcar área do Loteamento Galha Azul.
- 09 – p.29: Ave rara é encontrada no Parque Ecológico.

1998JANEIRO

- 13 – p.06: Embargada área desmatada para loteamento.
- 16 – p.03: Cooperativa dos catadores.
- 22 – p.17: Comandante da PM instala a Polícia Ambiental.

FEVEREIRO

- 11 – p.12: Lages terá seu código ambiental.
- 15 – p.15: Lixão municipal é caso de saúde pública.
- 19 – p.05: Meio Ambiente faz aterramento do lixão.

MARÇO

- 04 – p.04: FATMA apóia área escolhida para implantação do lixão.
- 22 – p.03: Lages continua sem área para aterro sanitário.

JUNHO

- 02 – p.11: Programação da Semana do Meio Ambiente.

JULHO

- 17 – p.05: Três áreas mapeadas para o aterro sanitário.

AGOSTO

- 26 – p.03: Começam reconstruções no Galha Azul.

SETEMBRO

- 21 – p.08: Meio ambiente e comunidade em desenvolvimento.

OUTUBRO

- 28 – p.06: CEAL incentiva reciclagem de papel.

NOVEMBRO

- 11 – p.09: Programa “Lixo que tem valor” avança na prática da reciclagem.

DEZEMBRO

- 06 – p.03: Lixão vira reduto de marginais.
 p.03: Invasões de áreas verdes na mira da justiça.
 09 – p.09: Meio Ambiente coloca guarita no lixão.

1999

JANEIRO

- 01 – p.11: Cresce o número de visitantes no Parque Ecológico.
 09 – p. 05: Em dezembro foi coletada 1,6 tonelada de lixo.
 10 – p.04: Aterro sanitário depende de acordo com o DNER.
 12 – p.06: Secretaria vai controlar visitas ao Parque Ecológico.
 23 – p.04: Promotoria da Infância visita o lixão.
 29 – p.03: Promotoria fará vistoria no lixão.

FEVEREIRO

- 02 – p.06: COOPERLIXO sem apoio para instalar usina.
 p.11: Moradores mobilizam-se pela retirada do lixão.
 21 – p.04: Prefeito de Ponte Alta não quer o lixo de Lages.

MARÇO

- 04 – p.03: Construção ameaça Gruta São Bom Jesus.

ABRIL

- 02 – p.06: Obras de loteamento foram paralisadas.
 21 – p.05: Meio Ambiente agiliza fórum para instalação da AGENDA 21.

MAIO

- 12 – p.09: Décio determina o reinício das obras do Parque da Cidade.

JULHO

- 15 – p.13: Crianças continuam freqüentando o lixão.
 16 – p.03: Projeto aponta três áreas para o aterro sanitário.
 p.04: Promotoria exige crianças longe do lixão.
 25 – p.03: Escadaria com 500 degraus será construída.

AGOSTO

- 06 – p.04: Definida área para aterro sanitário.

SETEMBRO

- 22 – p.05: Semana começou com visita ecológica.
 29 – p.04: Vale dos seis rios quer solução para a poluição.

OUTUBRO

- 15 – p.04: Começa a construção da escadaria do Morro Grande.
 27 – p.03: FATMA quer providências imediatas para o lixão.
 p.05: Promotoria sugere o princípio “poluidor-pagador”.

- 28 – p.03: Fechamento do lixão causa protestos dos catadores.
30 – p.04: Meio ambiente embarga área no centro.

NOVEMBRO

- 05 – p.04: Meio ambiente quer aterro controlado.
p.05: Resíduos do lixão poluem pastagens e matam animais.

DEZEMBRO

- 07 – p.07: Obras vão sendo transferidas para o ano 2000.
08 – p.05: Catadores do lixão formarão cooperativa.
10 – p.06: Sapos tomam conta do futuro Parque da Cidade.
14 – p.06: Projetos do aterro vão para o lixo.
15 – p.09: Escadaria começa a ganhar forma no morro.
21 – p.07: Catadores formam cooperativa de reciclagem.

2000

JANEIRO

- 08 – p.05: Parque da Cidade ganha forma.
16 – p.04: Lixo industrial não será mais aceito no lixão.
18 – p.04: Aterro industrial.

FEVEREIRO

- 12 – p.12: Usina de reciclagem deve estar concluída em março.

MARÇO

- 02 – p.05: Otacílio diz que, com a interdição do lixão, a cidade vira um caos.
02 – p.04: Prefeitura indiciada por crime ambiental.

ABRIL

- 06 – p.04: Reciclagem do lixo deve iniciar em 90 dias.
07 – p.16: População do Petrópolis ajuda o Meio Ambiente na coleta seletiva.
12 – p.04: Usina de reciclagem não será no lixão.
19 – p.03: Grande festa na entrega da escadaria à comunidade.
27 – p.03: Usina de reciclagem deve ser embargada.

MAIO

- 14 – p.03: Aterro questionado por moradores.

JUNHO

- 06 – p.03: Programa enfoca a problemática ambiental.
29 – p.03: Vereadores querem solução para cooperativa do lixão.

JULHO

- 22 – p.03: Surge solução para crianças do lixão.

AGOSTO

17 – p.03: Invasores serão retirados do Galha Azul.

20 – p.04: Promotoria fixa prazos para o lixão.

27 – p.08: O eterno problema do lixo. (editorial)

p.09: Candidatos falam de suas propostas para o lixão.

Colombo: Implantação de uma usina de reciclagem, construção do aterro e parceria com a Secretaria da Família.

Décio: Cercou o lixão, curso para catadores, constituição de cooperativa, adquirimos esteira de catação, início da construção de um barracão, lixo hospitalar em área isolada, as indústrias deverão reciclar seu próprio lixo, implantação do aterro.

SETEMBRO

22 – p.07: Promotoria: “Escadaria não será derrubada”.

OUTUBRO

22 – p.04: Catadores estão em situação delicada.